

O ano de 2020 foi marcado pelo novo coronavírus trazendo mudanças na rotina e na vida de todos. A Orizon VR posicionou-se com agilidade nesse cenário, adotando medidas preventivas adequadas à preservação da saúde e à segurança de seus funcionários, bem como garantindo a continuidade de suas atividades. A essencialidade dos serviços prestados pela Companhia e a dedicação de nossos colaboradores foram determinantes para mitigar os impactos da pandemia. Destacando nosso DNA em ESG (Environmental, Social and Governance), em 2020, a Orizon VR foi uma das Companhias que mais gerou créditos de carbono (CERs) certificados no país, de acordo com dados da Organização das Nações Unidas (ONU), e isso, juntamente com nossos outros pilares, contribuiu para o desenvolvimento sustentável das cidades brasileiras através da geração de energia limpa, aumento da economia circular, proteção do meio ambiente e da saúde da população. A Receita Líquida no período foi de R\$ 392 milhões, crescimento de 12,5% em relação ao ano anterior quando registrou R\$ 348 milhões, sendo tal variação motivada, principalmente, pela celebração de novos contratos relacionados à comercialização de créditos de carbono e pelo aumento de biogás nos ecoparques da Companhia. O EBITDA atingiu R\$153 milhões, margem EBITDA de 39%, crescimento de R\$53 milhões em comparação ao EBITDA ajustado do ano anterior. Para nós, o ano de 2020 foi marcado pelo preparo para a oferta inicial das ações (IPO) da Companhia, ocorrida no dia 17/02/2021 a R\$22,00 por ação ordinária (ORVR3), movimentando, aproximadamente, R\$460 milhões, sendo cerca de R\$ 360 milhões de recursos primários e R\$ 100 milhões de secundária para os acionistas. Os recursos da capitalização serão utilizados, principalmente, para investimentos em expansão, aquisições e amortização de dívida. O ano de 2021 e os próximos anos, serão intensos no avanço da agenda de expansão da Companhia. Acreditamos, que o crescimento será baseado: (i) na implantação de novos aterros sanitários, (ii) crescimento da exploração de energia a partir do biogás, (iii) em projetos de triagem mecanizada de materiais a serem implantados nos ecoparques, (iv) no beneficiamento de resíduos industriais, (v) no início de construção do primeiro projeto de WIE do país e (vi) em aquisições estratégicas. Em paralelo a expansão, seguiremos com foco total na agenda ESG, bem como no fortalecimento das ações da Companhia no mercado de capitais. Daremos sequência a um plano proativo, transparente e ágil de comunicação com nossa base de investidores, analistas e mercado de capitais em geral. A Orizon VR passa a implementar uma agenda ativa junto aos investidores com participação em conferências, encontros, reuniões, uma agenda de comunicação aderente às melhores práticas e necessidades do mercado investidor. Estamos vivendo um período de transformação com desafios e oportunidades, visando uma gestão direta, pragmática e com foco na geração contínua e sustentável de valor aos seus acionistas, no desenvolvimento e excelência de seus profissionais e no bem-estar e progresso da comunidade, particularmente em nossas áreas de atuação.

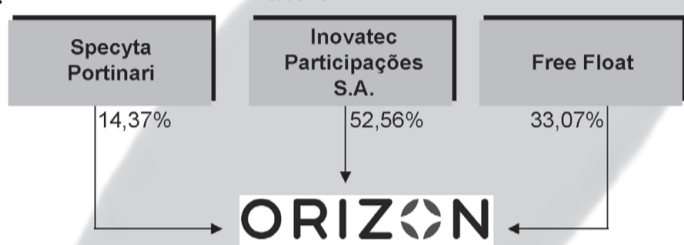
Milton Pilão - Diretor Presidente; Leonardo Santos - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

PERFIL DA COMPANHIA

A Orizon Valorização de Resíduos S.A. (anteriormente denominação da Haztec Investimentos e Participações S.A.) foi constituída em dezembro de 2009, com sede no estado do Rio de Janeiro, e teve sua alteração de razão social aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20/08/2020. Em 31/12/2020, o principal ativo da Companhia é o investimento direto na Orizon Meio Ambiente S.A. ("Orizon Meio Ambiente"), anteriormente denominação da Haztec Tecnologia e Planejamento Ambiental S.A. ("Haztec"). Importante destacar, que a Orizon VR inicia suas atividades exclusivamente na fase final da cadeia de tratamento de resíduos e na prestação de serviços ambientais de alto valor agregado para clientes públicos e privados no Brasil.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

Após a realização da oferta inicial de ações (IPO), em fevereiro de 2021, a Orizon Valorização de Resíduos, passou a negociar as ações ordinárias ("ORVR3") na Bolsa de Valores de São Paulo ("B3"), listada no Novo Mercado, segmento de listagem que conduz ao mais elevado padrão de governança corporativa, valorizando a ética e transparência no relacionamento com acionistas e demais stakeholders da Companhia. Abaixo a composição acionária da Companhia, após o término da estabilização da oferta encerrada em 18/03/2021.



Foram emitidas, no âmbito da oferta, 17.336 mil novas ações ordinárias, no valor unitário de R\$22,00, passando a Companhia de 54.164 mil ações para 71.550 mil ações ordinárias e o Capital Social de R\$544 milhões em dezembro de 2020 para R\$844 milhões, após o encerramento da oferta.

LINHAS DE NEGÓCIO

1. DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Em 2020, a Orizon VR recebeu nos seus aterros, aproximadamente, mais de 4,8 milhões de toneladas anuais de resíduos sólidos urbanos (RSU) gerados pelo equivalente a 20 milhões de habitantes. Esses empreendimentos são obras de engenharia que aportam tecnologia de ponta e estão preparadas para atuar como instrumentos de saneamento básico e proteção do meio ambiente e da saúde pública. Os ativos são localizados nos estados de Pernambuco, município de Jaboatão dos Guararapes, Paraíba, município de Joao Pessoa, e Rio de Janeiro, espalhados em 7 municípios (Nova Iguaçu, São Gonçalo, Barra Mansa, Duque de Caxias, Rio Bonito e Belford Roxo).

UNIDADES TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

• 05 ecoparques; • 03 Unidades de Tratamento e Destinação de Perigosos; • 01 Estação de Transferência de Resíduos (ETR). Em tratamento e destinação final, a Companhia detém aproximadamente 10% do volume de resíduos tratados adequadamente no Brasil. Atualmente, o Brasil trata apenas 3% do lixo gerado no ano (geração de 80 milhões de toneladas de resíduos/ano no Brasil).

2. ENERGIA, BIOGÁS E CERs

Sistemas eficientes de geração de energia limpa em ecoparques. Plantas bioenergéticas para captação e tratamento de gases oriundos da decomposição dos resíduos, para venda ou reaproveitamento do gás metano. As usinas de energia elétrica movidas a biogás instaladas em seus ecoparques, são responsáveis por mais de 540 mil MWh por ano de energia incentivada na rede. Por meio do mecanismo de Desenvolvimento Limpo da Organização das Nações Unidas, a Companhia também comercializa créditos de carbono no mercado livre. Em 2020, a Companhia gerou cerca de 1,7 milhão de créditos de carbono, 0,7 milhão a mais que 2019.

UNIDADES DE ENERGIA, BIOGÁS E CRÉDITOS DE CARBONO (CERs)

• 05 Projetos de Crédito de Carbono; • 03 Projetos de Exploração / Venda de Biogás; • 02 Projetos de Energia de Biogás. Todos os ecoparques da Companhia têm energia de biogás, em contratos que vão de fornecimento de biogás à geração de energia. A Orizon VR é um dos principais players de créditos de carbono do país através da destruição de metano e do deslocamento da matriz energética.

3. BENEFICIAMENTO DE RESÍDUOS E WASTE-TO-ENERGY

Nesta Divisão, a companhia desenvolve plantas de beneficiamento de materiais da Indústria (UBM), plantas de reciclagem de resíduos sólidos urbanos (UTM) e plantas de queima direta de resíduos para geração de energia (WTE). No caso das UBMs, a Companhia vem investindo em processos altamente tecnológicos e orientados pela inovação, que contribuem para a economia circular com empresas que queiram adotar um ciclo de desenvolvimento positivo. No caso das UTM, os resíduos passam por um processo de separação automatizado, largamente utilizado fora do Brasil, que traz eficiência para o reaproveitamento. A Companhia planeja investir em projetos de UTM no futuro, sendo componente importante do seu crescimento orgânico, aumentando a rentabilidade dos resíduos sob gestão. No que tange a waste-to-energy, a Companhia desenvolve o primeiro projeto de queima de resíduos e geração de energia na América Latina, localizado no município de Barueri, em formato de Parceria Público Privada em contrato de 30 anos.

UNIDADES DE BENEFICIAMENTO DE RESÍDUOS E WASTE-TO-ENERGY

• 02 Unidades de Beneficiamento de Resíduos (UBR) • 01 Unidade de Recuperação Energética (Waste to Energy), em implantação

4. ENGENHARIA AMBIENTAL

São contratos de prestação de serviços, em geral, junto a grandes empresas com presença em todo o Brasil, na área de serviços, ambientais, tais como: (i) recuperação de áreas degradadas, (ii) remediação de áreas contaminadas; (iii) diagnóstico e monitoramento ambiental; (iv) gerenciamento de resíduos; (v) limpeza de tanques da indústria petrolífera; dentre outros.

DADOS OPERACIONAIS

Abaixo, destacamos os volumes recebidos nos cinco (5) ecoparques em operação (Barra Mansa, Jaboatão dos Guararapes, João Pessoa, Nova Iguaçu e São Gonçalo):

Volume	Unidade de medida	4T19	4T20	Var. (%)	2019	2019	Var. (%)
Resíduos	Ton (Tonelada)	1.188.058,7	1.181.213,4	-1%	4.568.164,8	4.795.758,1	5%
Créditos de Ca	TCO2e (tonelada de carbono equivalente evitada)	334.000,8	428.255,0	28%	922.497,0	1.633.226,7	77%
Biogás	Nm³/hora (normal metro cúbico/hora)	26.721	31.802	19%	19.820	29.992	51%

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Na Orizon VR, o objetivo da governança corporativa é de contribuir para a criação de valor aos acionistas e demais stakeholders da Companhia, em observância aos princípios de transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa, visando o fortalecimento da estrutura de gestão e governança com a finalidade de solidificar os pilares para a perenidade da Companhia e seus negócios. Dessa forma, a Orizon VR acredita firmemente que a adoção das melhores práticas de governança corporativa contribui para o sucesso e a prosperidade de todas suas atividades.

Neste sentido, a Companhia segue um conjunto de regras que disciplinam as relações entre a Companhia, seus acionistas e o mercado financeiro, como é o caso do Regulamento do Novo Mercado Governança Corporativa da B3 - Brasil, Bolsa, Balcão S.A. e de todos os normativos da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Orizon VR também está comprometida com as recomendações do Código Brasileiro de Governança Corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC, um instrumento importante para administradores e investidores acompanharem as práticas de Governança Corporativa das companhias brasileiras.

RESULTADOS FINANCEIROS CONSOLIDADOS

1. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

No ano de 2020, a receita operacional líquida totalizou R\$392 milhões, aumento de R\$44 milhões (13%) em relação aos R\$348 milhões de 2019. O crescimento da receita líquida no período, pode ser explicado, majoritariamente: • **Energia, biogás e créditos de carbono:** Aumento de R\$39,9 milhões em 2020, devido ao crescimento de 77% no volume de geração de CERs, com consequente celebração de novos contratos relacionados à comercialização de créditos de carbono no ano de 2020 e pelo aumento de 51% no volume de geração de biogás nos ecoparques da Companhia. • **Tratamento e destinação final:** Aumento de R\$6,3 milhões em 2020 em comparação ao ano de 2019, decorrente do crescimento no volume de resíduos destinados nos ecoparques da Companhia. • **Beneficiamento de resíduos e WTE:** Aumento de R\$4 milhões, devido à celebração de novos contratos de compra e venda de energia elétrica e aos reajustes dos contratos vigentes. Esses efeitos foram parcialmente compensados por: • **Engenharia ambiental:** variação negativa de R\$6,5 milhões, devido ao término de contratos de prestação de serviços de engenharia ambiental. Essa atividade sofreu impacto pela desaceleração econômica, no entanto, recentemente a Companhia firmou novos contratos com grandes clientes.

2. CUSTOS E DESPESAS

Em 2020, os custos e despesas totais atingiram R\$295 milhões, aumento de 1% em relação a 2019 quando reportou de R\$ 293,0 milhões, ou seja, um ganho de escala quando comparado ao crescimento da receita. A variação na comparação anual ocorre, principalmente, do aumento nos custos e despesas de frete (+124%), aluguel (+42%), energia (+13%), combustível (+11%) e outorga (+7%), que estão diretamente ligados ao aumento dos contratos e volumes de operação das controladas, parcialmente compensada pela: (i) redução de 16% em materiais e (ii) redução de 20% em serviços de terceiros que acompanha a queda na receita de engenharia ambiental.

3. EBITDA

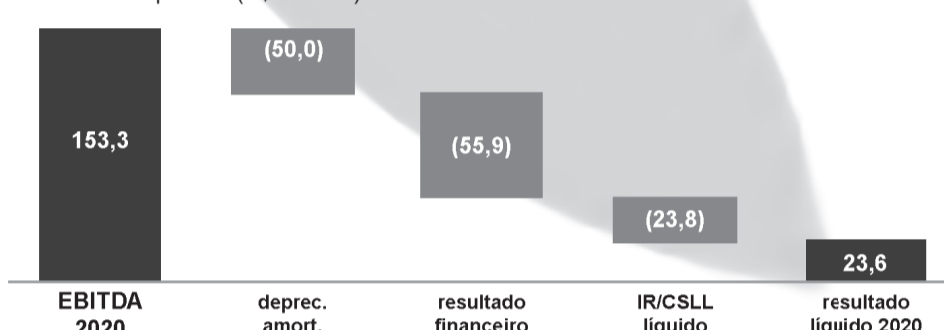
O EBITDA, totalizou R\$153 milhões com margem de 37%, aumento de R\$46 milhões (+46%) em relação ao EBITDA Ajustado de 2019 quando reportou R\$101 milhões. O crescimento do EBITDA pode ser explicado, principalmente, pelo aumento na receita líquida, decorrente do crescimento da receita nas atividades de valorização, dentre as quais geração de energia, biogás e crédito de carbono, combinado com manutenção dos custos e despesas da Companhia, o que demonstra gestão eficiente e o foco na disciplina de custos e despesas.

4. RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido em 2020 registrou despesa de R\$56 milhões comparado a receita de R\$11 milhões apresentada em 2019. A variação na comparação anual deve-se, principalmente: (i) a mensuração a valor justo da assunção de dívida com o Banco Bradesco S.A em 2019 no montante de ~R\$36 milhões; (ii) redução na dívida consolidada de R\$35 milhões obtidos no 4T19; (iii) aumento de R\$7 milhões, em 2020, nos juros de empréstimos; (iv) reconhecimento de R\$7,5 milhões oriundos dos efeitos da assunção de dívida citada acima e dos efeitos da constituição da dívida junto a pessoas físicas pela liquidação de saldo com a Synthesis.

5. RESULTADO LÍQUIDO

O resultado líquido de 2020 apresentou lucro de R\$24 milhões contra um prejuízo de R\$16 milhões em 2019. O gráfico a seguir apresenta os principais fatores que influenciaram o resultado líquido de 2020, a partir do EBITDA ajustado do mesmo período (R\$ milhões):



6. ENDIVIDAMENTO

Em 31/12/2020, a dívida bruta atingiu o montante de R\$320 milhões, redução de 28% em relação ao saldo de R\$460 milhões, verificado em 31/12/2019, em função, principalmente, do pagamento de R\$ 157 milhões quitados com bônus de subscrição emitido pela controlada Orizon Meio Ambiente S.A. (anteriormente denominada Haztec Tecnologia e Planejamento Ambiental S.A.). A posição de caixa e equivalentes de caixa ao final de dezembro 2020 era R\$17 milhões contra R\$14 milhões em dezembro de 2019. A dívida líquida em 31/12/2020 era de R\$321 milhões, sendo que, considerando o caixa de R\$360 milhões oriundo do IPO, realizado em fevereiro de 2021, a Companhia reportaria uma dívida líquida negativa.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Orizon VR esclarece que a empresa Ernst Young Auditores Independentes S.S., presta os serviços para Companhia desde 04/02/2016. No exercício de 2020, prestou a esta Companhia, os seguintes serviços: • Auditoria independente para fins da reemissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), referente aos exercícios sociais encerrados em 31/12/2019, 2018 e 2017. • Auditoria independente para fins da reemissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), referente ao exercício social encerrado em 31/12/2020, bem como revisão das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia contidas nos Formulários de Informações Trimestrais - ITR, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) referente aos períodos findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2020. No exercício social encerrado em 31/12/2020, a Companhia contratou o valor total de R\$1.756.268,00 de honorários a título de remuneração pelos serviços prestados de Auditoria independente, conforme descrito nos dois itens acima. • Prestação de serviços profissionais em conexão com a oferta pública de ações de emissão da Companhia na data base de 30/09/2020. Valor contratado em 2020 de R\$1.805.248,00. A contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto aos seus auditores independentes é realizada de forma que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor.

DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Reconhecemos, como membros da Administração da Companhia, que somos responsáveis pela apresentação adequada das demonstrações contábeis individuais e consolidadas elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Acreditamos que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, os resultados das operações e os fluxos de caixa da Companhia, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e estão livres de distorções relevantes, incluindo omissões. Como membros da Administração da Companhia, acreditamos que a Companhia possui um sistema de controles internos adequados que permite a preparação de demonstrações contábeis individuais e consolidadas exatas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) que estejam livres de distorções relevantes, causadas por fraudes ou erros. Os membros da administração declaram que discutiram, revisaram e concordaram com as opiniões expressas no relatório de auditoria da ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S.

Balancos patrimoniais em 31/12/2020 e 2019 - (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado		Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019		31/12/2020	31/12/2019		
Ativo Circulante										
Caixa e equivalentes de caixa	3	1	1	6.044	2.317	13	-	-	43.921	28.517
Títulos e valores mobiliários	4	5	2	10.511	11.526	13	-	-	5.493	4.633
Caixa restrito	5	-	-	-	1.609	14	812	90	43.166	46.505
Contas a receber de clientes	6	-	-	112.143	80.839	15	-	-	7.412	6.441
Impostos e contribuições a recuperar	7.a	6	7	9.758	8.485	16	-	-	9.789	9.530
Partes relacionadas	8	-	-	-	6.000	7.b	60	45	39.696	21.415
Adiantamentos	9.a	4.129	1.455	17.061	12.257	17	-	-	6.707	4.243
Total do ativo circulante		4.141	1.465	155.517	123.033	19	-	-	17.628	18.864
Não circulante						8	-	61.507	-	61.507
Títulos e valores mobiliários	11	8.110	-	8.135	-	8	-	-	-	629
Contas a receber de clientes	6	-	-	9.730	15.474	20	1.545	-	10.272	11.282
Partes relacionadas	8	5.982	5.982	8.485	3.220	9.b	63	59	15.054	13.639
Depósitos judiciais e cauções	18.c	11	11	8.498	6.267					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.d	-	-	82.727	112.994					
Adiantamentos	9.a	-	-	5.999	5.960					
Investimentos	10	743.923	456.951	-	-					
Imobilizado	11	-	-	284.195	272.158					
Intangível	12	-	-	96.374	102.423					
Direito de uso	13	-	-	11.201	11.585					
Total do ativo não circulante		758.026	462.944	515.344	530.081					
Total do ativo		762.167	464.409	670.861	653.114					
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.										
Demonstrações dos resultados - Exercícios findos em 31/12/2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação expresso em reais)										
	Nota	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receita operacional líquida	22	-	-	391.968	348.153	21.a	544.323	543.448	544.323	543.448
Custo dos serviços prestados	23	-	-	(245.170)	(241.687)	21.b	30.877	30.877	30.877	30.877
Lucro bruto		-	-	146.798	106.466	21.c	3.023	3.023	3.023	3.023
Receitas (despesas) operacionais						21.d	156.664	-	156.664	-
Gerais e administrativas	23	(1.465)	(192)	(49.920)	(51.269)	21.e	10.359	10.359	10.359	10.359
Outras receitas (despesas), líquidas		-	-	5.822	(6.863)		(677.824)	(697.889)	(677.824)	(697.889)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro							67.422	(110.182)	67.422	(110.182)
equivalência patrimonial		(1.465)	(192)	102.700	48.334		-	-	15.204	11.759
Resultado financeiro							67.422	(110.182)	67.422	(110.182)
Receitas financeiras	24	174	94.303	26.474	62.892		-	-	5.304	11.752
Despesas financeiras	24	(138.705)	(61.147)	(82.331)	(52.002)		-	-	82.726	(98.423)
Resultado de equivalência patrimonial	10	130.308	(37.796)	578	(1.134)		67.422	(110.182)	82.726	(98.423)
Provisão para redução ao valor recuperável	12	-	-	-	(68.382)		762.167	464.409	670.861	653.114
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(9.688)	(4.832)	47.241	(10.292)					
Imposto de renda e contribuição social										
Corrente	8.c	-	(14.655)	(23.297)	(9.985)					
Diferido	8.c	29.753	-	(514)	3.696					
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício		20.065	(19.487)	23.610	(16.581)					
Atribuível aos acionistas:										
Não controladores				3.545	2.906				3.545	2.906
Controladores				20.065	(19.487)				20.065	(19.487)
Prejuízo básico por ação	21	0,37	(0,38)	0,44	(0,32)					
Prejuízo diluído por ação	21	0,28	(0,37)	0,33	(0,31)					
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.										

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individual e consolidado - Exercícios findos em 31/12/2020 e 2019 - (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Instrumentos patrimoniais - debêntures conversíveis	Reservas de capital - ágio na emissão de novas ações	Bônus de subscrição	Ajuste de avaliação patrimonial - Custo atribuído	Prejuízos acumulados	Total	Participação de não controladores	Total Patrimônio líquido
Saldos em 01/01/2019	21	543.448	30.877	3.023	-	10.359	(678.402)	(90.695)	8.853	(81.842)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	(19.487)	(19.487)	2.906	(16.581)
Saldos em 31/12/2019	-	543.448	30.877	3.023	-	10.359	(697.889)	(110.182)	11.759	(98.423)
Constituição de bônus de subscrição	21	-	-	-	156.664	-	-	156.664	-	156.664
Integralização de capital social	-	875	-	-	-	-	-	875	-	875
lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	20.065	20.065	3.545	23.610
Saldos em 31/12/2020	-	544.323	30.877	3.023	156.664	10.359	(677.824)	67.422	15.304	82.726

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações do valor adicionado - Exercícios findos em 31/12/2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receitas	-	-	447.360	388.997
Serviços prestados	-	-	446.109	393.953
Provisão de para créditos de liquidação duvidosa	-	-	1.251	(4.956)
Insumos adquiridos de terceiros	(1.465)	(191)	(165.615)	(243.172)
Custo dos serviços prestados	-	-	(139.789)	(134.620)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.465)	(191)	(25.826)	(40.170)
Perda (Recuperação) de valores de ativos	-	-	-	-
Valor adicionado bruto	(1.465)	(191)	281.745	145.825
Retenções	-	-	(50.029)	(53.526)
Depreciação e amortização	-	-	(50.029)	(53.526)
Valor adicionado líquido produzido	(1.465)	(191)	231.716	92.299
Valor adicionado recebido em transferência	130.499	59.508	30.242	71.941
Resultado de equivalência patrimonial	130.308	(37.797)	578	(1.134)
Receitas financeiras	191	97.305	29.664	73.075
Valor adicionado total a distribuir	129.034	59.317	261.958	164.240
Distribuição do valor adionado	129.034	59.317	261.958	164.240
Pessoal	-	-	59.730	55.852
Remuneração direta	-	-	27.348	44.792
Benefícios	-	-	16.354	6.101
FGTS	-	-	3.500	3.331
Outros	-	-	12.528	1.628
Impostos, taxas e contribuições	(29.736)	17.657	81.142	62.272
Federais	(29.736)	17.657	60.772	44.276
Estaduais	-	-	2.392	2.528
Municipais	-	-	17.978	15.468
Remuneração de capital de terceiros	138.705	61.147	97.476	62.697
Aluguéis	-	-	15.145	10.695
Despesas financeiras	138.705	61.147	82.331	52.002
Remuneração de capitais próprios	20.065	(19.487)	23.610	(16.581)
Prejuízo do exercício	20.065	(19.487)	20.065	(19.487)
Participação de não controladores	-	-	3.545	2.906

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31/12/2020 e 2019 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A Orizon Valorização de Resíduos S.A. ("Orizon" ou "Companhia", anteriormente denominada Haztec Investimentos e Participações S.A.) foi constituída em dezembro de 2009, com sede na Rua Joaquim Palhares, nº 40, 1º andar, Cidade Nova, município e estado do Rio de Janeiro, e teve sua alteração de razão social aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20/08/2020. A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades comerciais ou civis como sócia, acionista ou quotista, e outras atividades afins. Em 31/12/2020, o principal ativo da Companhia é o investimento direto na Orizon Meio Ambiente S.A. ("Orizon Meio Ambiente", anteriormente denominada Haztec Tecnologia e Planejamento Ambiental S.A. - "Haztec"). Adicionalmente, a Companhia também detém 100% das ações da Foxx Holding S.A. ("Foxx Holding"), entidade detentora, através da Foxx Inova, de 67% do aterro de João Pessoa (PB) e da Unidade de Recuperação Energética ("URE") de Barueri, sendo esse o primeiro projeto de geração de energia elétrica a partir da queima de resíduos (waste-to-energy) da América Latina, em fase pré-operacional. As empresas controladas e controladas em conjunto são aqui definidas como "Grupo Orizon" ou "Grupo" quando mencionadas em conjunto com a Companhia. Em 31/12/2020, a Companhia apresenta capital circulante líquido consolidado negativo de R\$43.621 (R\$104.172 em 31/12/2019). A partir de fevereiro de 2021, a Companhia passou a apresentar capital circulante líquido positivo em virtude principalmente dos recursos captados no processo de abertura de capital. Em 28/12/2020 a Companhia obteve waiver referente a dívida junto ao Credit Suisse, relativo ao não cumprimento de determinadas condições restritivas, conforme detalhado na nota 13. A administração segue promovendo diversas ações com o objetivo da melhoria contínua da posição econômica e financeira da Companhia, tais como: (i) estudo de oportunidades para redução de custos e despesas que foram implementados e continuidade na avaliação de processos para melhoria operacional e administrativa; (ii) implementação de novos negócios, para os quais a Companhia estima obter rentabilidade nos próximos exercícios; (iii) implementação de novas atividades de valorização de resíduos que fortalecerão a geração de caixa operacional da Companhia, com destaque para as atividades de reciclagem, briquetagem e geração de energia a partir do biogás; (iv) início da operação de comercialização de energia pela unidade de recuperação energética localizada em Barueri; (v) repêrimento de dívida de empréstimos de curto prazo com o alongamento dos prazos (vi) renegociação de dívidas com partes relacionadas; (vii) aquisições estratégicas e (viii) otimização dos recursos oriundos do processo de Oferta Pública de Ações, concluído em 11/02/2021, conforme detalhado na nota 30. O contexto operacional das controladas diretas é como segue: **Controladas diretas:** a) *Orizon Meio Ambiente* - A Orizon Meio Ambiente foi constituída no ano de 1999 e tem como atividades (i) o tratamento e destinação final de resíduos perigosos e não-perigosos, (ii) exploração do biogás, energia e créditos de carbono, (iii) beneficiamento de resíduos, e (iv) serviços de engenharia ambiental. A Orizon Meio Ambiente tem como objetivo investir e atuar nos seguintes segmentos: *Tratamento e Destinação Final de Resíduos Perigosos e Não-Perigosos:* A Orizon Meio Ambiente detém, direta ou indiretamente (por meio de suas controladas, controladas em conjunto), três plantas para tratamento e destinação final de resíduos perigosos e quatro aterros sanitários para resíduos não perigosos. Os ativos são localizados nos estados de Pernambuco, município de Jaboatão dos Guararapes, e Rio de Janeiro, espalhados em 6 municípios (Nova Iguaçu, São Gonçalo, Barra Mansa, Rio Bonito e Belford Roxo). Atualmente, a Orizon Meio Ambiente recebe cerca de 12.000 toneladas diárias de resíduos. *Energia de Biogás, Fornecimento de Biogás e Créditos de Carbono:* A Orizon Meio Ambiente vem explorando o biogás de seus aterros sanitários para aproveitamento energético. Atualmente, a empresa capta cerca de 31.000 Nm3 por hora de biogás em seus 04 aterros sanitários, o que significa um potencial de geração de aproximadamente 60MW instalados, que vem sendo utilizado das mais diversas maneiras no contexto da geração de eletricidade. Os aterros sanitários de Nova Iguaçu e São Gonçalo tem contratos de disponibilidade e fornecimento de biogás no formato take-or-pay com clientes privados, que desenvolvem projetos de geração de energia incentivada. O aterro de Barra Mansa de propriedade da CTR Barra Mansa comercializa biogás para a geração de 2 MW para projeto de geração distribuída que atende grandes empresas. Em relação ao aterro de Jaboatão dos Guararapes, a Orizon Meio Ambiente, através de sua controlada Ecopesa Ambiental, participa de consórcio que desenvolve projeto de geração de energia elétrica a partir do biogás. Por fim, no que tange à exploração de créditos de carbono ("CERs"), a Orizon Meio Ambiente através de seus aterros possui geração anual da ordem de 2,5 milhões de toneladas de carbono equivalente nos seus quatro aterros sanitários, seja pela queima do biogás ou ainda pela geração de energia limpa. *Beneficiamento de Resíduos:* Na atividade de beneficiamento de resíduos, atualmente a Orizon Meio Ambiente conta com 02 unidades operacionais, sendo uma filial em Magé (com blendagem para coprocessamento) e uma joint venture com a Vamtec Rio Insumos Siderurgicos Ltda. para processamento de resíduos industriais em planta instalada na Companhia Siderurgica Nacional no município de Volta Redonda, estado do Rio de Janeiro. Em relação ao crescimento futuro, a administração acredita que essa atividade será um dos principais pilares de crescimento da Companhia com foco em: (a) beneficiamento de resíduos industriais e (b) triagem mecanizada e reciclagem de resíduos sólidos urbanos. *Engenharia Ambiental:* A Orizon Meio Ambiente possui diversos contratos de prestação de serviços, com presença em todo o Brasil, na área de serviços, ambientais, tais como: (i) recuperação de áreas degradadas, (ii)remediação de áreas contaminadas; (iii) diagnóstico e monitoramento ambiental; (iv) gerenciamento de resíduos; (v) limpeza de tanques da indústria petrolífera; dentre outros. b) *Foxx Holding* - A Foxx Holding é uma sociedade por ações com sede na cidade de São Paulo e tem como objeto social a participação em outras sociedades comerciais ou civis como sócia, acionista ou quotista, tanto no país como no exterior. A Foxx Inova Ambiental S.A., é uma holding de participações subsidiária integral da Foxx Holding, que tem como investimentos: (i) participação majoritária (67%) da Foxx URE JP, que detém a concessão do aterro sanitário de João Pessoa, e (ii) é única acionista da URE Barueri, que detém a concessão, em formato de Parceria Público Privada, do projeto de geração de energia a partir dos resíduos (waste-to-energy) que será implantado no município de Barueri, na Região Metropolitana de São Paulo. **O contexto operacional das controladas indiretas é como segue:** a) *Central de Tratamento de Resíduos Nova Iguaçu S.A. ("CTRNI")* - A CTRNI foi constituída em fevereiro de 2003, e tem por objeto social obras de terraplenagem para proteção ambiental, contenção e proteção de talude, drenagem, construção, implantação, operação e manutenção da central de tratamento e de destinação final de resíduos sólidos no município de Nova Iguaçu (RJ), nos termos do Contrato de Concessão de Serviços ("Contrato de Concessão") celebrado com a Empresa Municipal de Limpeza Urbana ("EMLURB"), daquele município; dentre outras atividades afins. As principais características do Contrato de Concessão firmado entre a CTRNI e a EMLURB estão descritas a seguir: • *Obra/Serviço:* Concessão de serviços para a construção, implantação, operação e manutenção de uma central de tratamento e de destinação final de resíduos sólidos. • *Início:* 15/12/2000. • *Término:* 15/12/2034. Atualmente, além do município de Nova Iguaçu, a CTRNI atende outros clientes (públicos e privados), dentre eles as cidades de Duque de Caxias, Nilópolis, Belford Roxo e Mesquita. Adicionalmente, a CTRNI NI disponibiliza 13.000 Nm3 por hora de biogás para usina de geração de energia elétrica, que atualmente possui cerca de 23MW instalados, bem como gera CERs para comercialização. A Orizon Meio Ambiente detém área adjacente ao aterro sanitário para ampliações das atividades ali desempenhadas além do prazo da concessão. b) *Central de Tratamento de Resíduos de Alcântara S.A. ("CTRA")* - Em 26/11/2008, a Orizon Meio Ambiente adquiriu a CTRA, concessionária do aterro sanitário do município de São Gonçalo (RJ). A CTRA desempenha, única e exclusivamente, as atividades relacionadas ao encerramento e monitoramento do antigo lixão de Itaóca, a implantação do aterro sanitário e operação da nova unidade de tratamento e destinação final de resíduos previstas no Contrato de Concessão PMSG nº 001/2004. A CTRA é um dos principais aterros sanitários do estado do Rio de Janeiro, recebendo resíduos de importantes municípios, tais como São Gonçalo, Niterói, Guapimirim e Maricá. Atualmente, a CTRA está em fase de implantação de uma usina termelétrica de geração de energia a partir do biogás de aterro sanitário. Como pode ser abaixo observado, a concessão da CTRA foi prorrogada para agosto de 2030 no âmbito do acordo judicial, podendo ser prorrogada por mais 10 anos. **Termo de composição e ajuste de entendimentos:** Em 23/11/2017, a controlada CTR firmou termo de composição e ajuste de entendimentos com a Prefeitura Municipal de São Gonçalo ("PMSG"), tendo o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro ("MPRJ") como interveniente. O documento firmado objetiva, dentre outros assuntos, o entendimento para recebimento dos saldos em aberto de longa data que a PMSG (concedente) possui perante a CTRA e o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. A CTRA e a PMSG convencionaram que a quantia estimada de R\$28.904 deveria ser liquidada pela PMSG de forma diferida, até o prazo limite de 31/12/2020, em parcelas mensais no valor de aproximadamente R\$407 mil desde a homologação do termo firmado até a conclusão do trabalho pericial, quando então as parcelas mensais seriam redimensionadas de modo que a liquidação ocorresse até 31/12/2020. O eventual saldo devedor que excedesse a quantia a ser liquidada até o prazo limite de 2020, conforme verificado pelo perito, deverá ser liquidado em parcelas mensais a iniciar em 01/01/2021, com valor mensal de aproximadamente R\$825 mil (corrigido pelo IPCA a partir da data de assinatura do termo), em tantas parcelas quantas necessárias até a liquidação integral do eventual saldo devedor que exceder a quantia a ser liquidada até o prazo limite de 31/12/2020. O saldo em aberto em 31/12/2020 é de 14.660 (20.538 em 31/12/2019), conforme movimentação de recebimentos apresentada na Nota 6. O termo assinado foi cancelado por juiz, tendo validade de título executivo, havendo dessa forma previsibilidade de vencimento antecipado da dívida, em caso de inadimplência por parte do poder concedente. Com base no termo firmado, a CTRA obteve junto à PMSG e ao MPRJ, a extensão do prazo do contrato de concessão para 2030, além da ratificação sobre o direito de atualização dos saldos a receber junto à Prefeitura Municipal de São Gonçalo. Foi convencionado entre CTRA e PMSG, que a extensão do prazo de concessão seria a solução adequada para recompor o equilíbrio econômico-financeiro do contrato para a CTRA recuperar o período efetivo não utilizado devido a mudança da área de implantação do aterro sanitário. Adicionalmente, após termo de entendimento firmado entre a controlada CTRA, o MPRJ e a PMSG, foi iniciada pericia para levantamento dos valores a receber atualizados que a controlada possui em aberto junto ao poder concedente. Em 19/04/2019, o MPRJ emitiu uma peça no âmbito do processo tendo como resultado as seguintes informações:

	Saldo
Em favor da CTRA (Concessionária)	31.649
Tarifas mensais de referência (*)	20.509
Volume excedente	667
Reajuste	16.042
Crédito de carbono	14.715
Tratamento de chorume de Itaóca	7.943
Transporte de chorume de Itaóca	91.525
Total	(16.724)
Glosa aplicada	76.801
Saldo líquido ajustado	(17.801)

(*) Os valores firmados inicialmente no acordo estão contemplados nesta linha e se referem a pleito inicial da CTRA. Em 01/09/2020 foi proferida sentença referente ação ordinária de cobrança em face do Município de São Gonçalo, que julgou procedente o pedido principal da CTR Alcântara para condenar o Município de São Gonçalo ao pagamento de R\$ 18.868 (dezoito milhões, oitocentos e sessenta e oito mil reais), valor consolidado em 20/06/2018, admitindo na fixação do valor base a glosa em 8%. O valor original pleiteado era de R\$ 20.509, acrescido de reajuste de R\$ 667 conforme detalhado na NE 1. Contra a referida sentença, o Município, em 21/09/2020, interps recurso de apelação, o qual será objeto de contrarrazões pela CTRA. Após decurso o prazo de contrarrazões, o processo será remetido

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31/12/2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais	20.065	(19.487)	23.610	(16.581)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-
Ajustes para reconciliar oprejuízo:	(130.308)	37.797	(578)	1.134
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	(1.251)	4.956
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	9.227	5.640
Provisão para contingências	-	-	110	(36.057)
Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo	58.883	(36.057)	-	-
Ajuste a valor presente	28.516	(25.937)	(28.724)	-
Imposto de renda de contribuição social diferidos	(29.753)	14.655	514	14.655
PIS e COFINS diferidos	-	3.002	-	3.002
Depreciações e amortizações	-	-	50.029	53.526
Juros provisionados	50.509	56.553	56.654	39.326
Descontos de financiamentos	-	(35.281)	-	(35.281)
Provisão para redução ao valor recuperável	-	-	-	68.382
Baixa de saldo por cessão de dívidas	-	-	7.470	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais	-	-	(38.557)	(22.989)
Contas a receber de clientes	-	-	1	(1.273)
Impostos a recuperar	1	-	-	(2.231)
Depósitos judiciais e cauções	-	-	(2.674)	(8)
Adiantamentos	(2.674)	(8)	(4.843)	1.442
Aumento (redução) nos passivos operacionais	-	-	-	-
Fornecedores	722	(2)	(2.464)	2.238
Outorgas a pagar	-	-	-	971
Salários e encargos sociais	-	-	-	259
Impostos e contribuições a recolher	15	16	35.018	5.143
Adiantamentos de clientes	-	-	-	3.913
Contas a pagar	(1.252)	-	(1.252)	-
Outros	4	18	1.655	120
Caixa gerado nas (aplicado nas) atividades operacionais	(5.272)	(4.731)	108.257	79.136
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(2.515)	(8.287)
Juros pagos	-	-	(21.285)	(11.692)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades operacionais	(5.272)	(4.731)	84.457	59.157
Fluxos de caixa das atividades de investimento	-	-	(39.652)	(37.346)
Aquisições de imobilizado	-	-	-	(2.177)
Aquisições de intangível	-	-	-	(7.120)
Títulos e valores mobiliários	(3)	-	-	(76)
Caixa restrito	-	-	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(3)	-	(48.949)	(40.309)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	-	-	(7.704)	(7.451)
Arrendamentos pagos	-	-	-	293.227
Empréstimos e financiamentos captados	-	-	-	(312.694)
Empréstimos e financiamentos pagos	-	-	-	(5.570)
Partes relacionadas	5.275	4.731	1.589	9.225
Parcelamento de impostos	-	-	(629)	(7.948)
Aquisições a pagar	-	-	-	(31.781)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	5.275	4.731	3.727	(522)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	-	-	2.317	2.839
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1	1	6.044	2.317
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1	1	3.727	(522)
Varição no saldo de caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

ao Tribunal de Justiça para julgamento do recurso. A Companhia aguarda o trânsito em julgado do processo para o reconhecimento do montante nas demonstrações financeiras. Os saldos demonstrados acima fazem parte das discussões em andamento pela Administração da Companhia junto com a PMSG. Do montante de R\$76.801, demonstrado na tabela acima, R\$14.660 compõem o contas a receber em 31/12/2020 (R\$20.358 em 31/12/2019) registrado nas demonstrações financeiras. O restante refere-se ao valor pleiteado e somente será reconhecido contabilmente após a finalização de todo o trâmite aplicável confirmando o êxito por parte da CTRA. c) *Central de Tratamento de Resíduos de Barra Mansa S.A. ("CTRBM")*. Em 03/12/2011, a CTRBM venceu a concorrência para a implantação do aterro sanitário do município de Barra Mansa (RJ), cujo vencimento ocorrerá em 2031, renovável até 2036. O contrato de concessão inclui a recuperação ambiental do "lixão" que recebeu resíduos desse município durante 24 anos. A CTRBM recebe cerca de 1.300 toneladas diárias de municípios e clientes privados, com destaque para a indústria siderúrgica. A CTRBM fornece biogás para geração de 2MW energia termelétrica, que atualmente são utilizados em projeto de geração distribuída. d) *ETR Jardim Gramacho S.A. ("ETR Gramacho")* - A ETR Gramacho tem como objeto o transbordo e a destinação de resíduos não perigosos. Esta unidade está localizada na cidade de Duque de Caxias, localizada no Estado no Rio de Janeiro, onde possui um transbordo para realização de suas atividades operacionais. A ETR Gramacho recebe cerca de 50.000 toneladas mensais de resíduos provenientes do município de Duque de Caxias e clientes privados, que são destinados em sua totalidade na CTR NI. Em 28/10/2016, a Companhia finalizou a aquisição integral da ETR Gramacho, passando a ser sua única controladora. Abaixo, apresentamos os valores a pagar decorrentes da referida aquisição:

Saldo em 31/12/2019	131
Pagamentos realizados	(131)
Saldo em 31/12/2020	-

e) *Ecopesa Ambiental S.A. ("Ecopesa")* - A Ecopesa, com sede na cidade de Jaboatão dos Guararapes, estado de Pernambuco, tem por objeto a prestação de serviços de implantação e operação do sistema de tratamento e destinação final de resíduos sólidos, gestão de resíduos, incluindo ainda as atividades de conservação, manutenção, modernização, ampliação, exploração, elaboração de estudos técnicos e obras necessárias à consecução desses serviços. Atualmente, a Ecopesa possui apenas uma unidade operacional, sendo o aterro sanitário localizado em Jaboatão dos Guararapes ("CTR Candeias"), no estado de Pernambuco, que recebe aproximadamente 5.000 toneladas diárias de resíduos. **Aquisição de investimento:** Em 29/05/2017, a controlada Orizon Meio Ambiente e a Empresa de Engenharia Sanitária e Construções Ltda., assinaram contrato de compra e venda de participação da Ecopesa, as quais possuíam na referida data participação de 33,33%, cada uma, do capital social da empresa. O contrato trata a respeito da compra de participação de 33,33% da Ecopesa pela Orizon Meio Ambiente. As ações foram adquiridas pelo valor de R\$24.250, correspondente a 15,170 ações transferidas, que se encontravam totalmente subscritas e integralizadas. A vendadora e suas afiliadas se comprometeram a manter acordo de não concorrência com a compradora a partir da data de assinatura do contrato de compra e venda, não participando de qualquer atividade relacionada ao negócio da adquirida para os municípios na área de influência da Ecopesa, sob penalidade de multa não compensatória. Em 03/08/2017, a controlada Orizon Meio Ambiente e a Empresa Vital Engenharia Ambiental S.A., assinaram contrato de compra e venda de participação da Ecopesa. Estas possuíam na referida data, participação de 66,67% e 33,33%, respectivamente, do capital social da Ecopesa. O contrato trata a respeito da compra de participação de 33,33% da Ecopesa pela Orizon Meio Ambiente. Com essa aquisição, a Orizon Meio Ambiente passou a deter 100% do capital social da Ecopesa a partir da data de assinatura do contrato com a Vital. Abaixo, apresentamos os valores a pagar decorrentes da referida aquisição:

Saldo em 31/12/2018	8.202
Pagamentos realizados	(7.704)
Saldo em 31/12/2019	498
Pagamentos realizados	(498)
Saldo em 31/12/2020	-

No início de 2020, a Orizon Meio Ambiente quitou os valores de aquisição da Ecopesa junto aos vendedores, não havendo, hoje, qualquer saldo a pagar aos vendedores. **Aproveitamento de biogás para geração de energia:** Em 17/11/2016, a Ecopesa firmou instrumento vinculante com a ASJA do Brasil Serviços para o Meio Ambiente Ltda. tendo a ASJA Ambiente Italia S.p.a. como interveniente garantidora, para geração e comercialização de energia elétrica através do biogás produzido no aterro sanitário de Jaboatão dos Guararapes. A ASJA, líder de projetos de geração de energia a partir de biogás de aterros sanitários na Europa, será a responsável por todos os investimentos e despesas necessárias para implantação, operação, manutenção e aproveitamento de todo o biogás produzido no aterro sanitário. O contrato firmado iniciou vigência a partir da data de assinatura e vigorará por até 15 anos, contados a partir do início da operação comercial. O consórcio atualmente opera com 10 (dez) motores com capacidade instalada de 14MW de energia, possuindo mais dois novos motores em fase de implantação. f) *SES Haztec Serviços de Resposta a Emergência Ltda. ("SES Haztec")* - A SES Haztec foi constituída no ano de 2006, objetivando a participação em uma licitação específica. Contudo, após o insucesso na referida licitação, a SES Haztec manteve-se sem qualquer atividade operacional. Atualmente, a Administração da Companhia está em fase avançada de encerramento dessa controlada. g) *Vamtec Haztec Soluções Ambientais Ltda. ("Vamtec Haztec")* - A Vamtec Haztec foi constituída em 25/10/2017, resultado de associação entre a Orizon Meio Ambiente e a Vamtec Rio Insumos Siderurgicos Ltda. e tem como objeto o beneficiamento de resíduos finos siderurgicos para retorno ao processo produtivo. A Vamtec Haztec iniciou suas operações em dezembro de 2019. A Vamtec Haztec tem como único cliente a Companhia Siderurgica Nacional,

(ii) Horários flexíveis de entrada e saída do escritório; (iii) Introdução de rotinas de limpeza, esterilização e sanitização de mobiliários e instalações prediais; (iv) Acompanhamento e monitoramento em período integral para os casos identificados como suspeitos e/ou confirmados; (v) Disponibilização de atendimento por telemedicina via convênio médico firmado pela Companhia, com posterior encaminhamento para realização de exame para covid-19; (vi) Dentre outros procedimentos. Com o aumento da pandemia e consequentemente da necessidade de aprimoramento de medidas para combate aos efeitos provocados pela COVID-19, a Companhia passou a adotar medidas adicionais ao longo de 2020, tais como: • Comunicação interna abordando os temas da COVID-19: sintomas, transmissão, tratamento e prevenção e os canais de comunicação interna da Orizon para notificação de casos; • Inclusão do telefone de emergência no descanso de tela de todos os computadores; • Priorização das reuniões por teleconferência sobre as reuniões presenciais; • Afastamento imediato das atividades presenciais de colaboradores que apresentaram algum sintoma da COVID-19 ou que tenham tido contato com caso suspeito; • Distribuição de kits de higienização e proteção pessoal, tais como máscaras, álcool em gel, álcool líquido 70% e pano para limpeza da mesa; • Regime de *home office* para para os colaboradores cujo as atividades permitiam o trabalho remoto diminuindo a circulação na sociedade e mitigando as chances de contaminação ou Sistema de rodízio do trabalho no escritório matriz evitando aglomerações; • Distribuição de cestas básicas para os trabalhadores em atividade essencial; • Acompanhamento diário de todos os casos suspeitos e ou confirmados de COVID-19 com envio de relatório para a Diretoria e Alta Direção das Unidades; • Contratação do serviço de telemedicina para atendimento gratuito de todos os funcionários e dependentes. **Impactos econômico-financeiros:** Houve impacto marginal nas operações dos ecoparques em razão de ações tomadas como rodízios de pessoal, aumento de custos de material de sanitização, dentre outros. Na parte comercial, houve redução do volume de resíduos de determinados clientes, principalmente das unidades de blendagem e incineração, além de diminuição das atividades de serviços ambientais em determinados contratos. A Companhia mantém um volume de caixa julgado suficiente pela administração para suportar as necessidades operacionais e de investimento, condição que, em seu entendimento da administração, garante fôlego para atravessar essa crise. Ainda assim, os potenciais impactos econômicos e financeiros são diariamente monitorados. **Análise de redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros:** Em 31/12/2020, não foram reconhecidas perdas para redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros da Companhia. **Equilíbrio econômico dos contratos:** Parte relevante dos serviços da Companhia é considerada essencial pelos clientes, entretanto, em consonância com as atividades e diretrizes dos mesmos, e obediência às determinações de órgãos públicos e governos quanto ao fechamento de operações, a Companhia vem mantendo em funcionamento as suas atividades. Com vista à preservação das margens da Companhia, foram estabelecidas medidas para monitoramento dos impactos operacionais em cada unidade, tais como reunião com gestores para monitoramento de eventuais demandas de clientes, negociação com fornecedores em custos e prazos, entre outros.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e principais práticas contábeis: 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, os Procedimentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB. As demonstrações dos valores adicionados estão sendo apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS. A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 30/03/2021. Conforme Orientação Técnica OCPC 07, a Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas nesta nota. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados. **2.2. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos mensurados pelo valor justo, quando indicados. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando o contrário estiver disposto em nota explicativa. As demonstrações financeiras são preparadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.3. Base de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras do Grupo em 31/12/2020 e 2019. O controle é obtido quando o Grupo estiver exposto ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial. Se o Grupo perder o controle exercido sobre uma controlada, é dado baixa nos correspondentes ativos (inclusive ágio), passivos, participação de não controladores e demais componentes patrimoniais, ao passo que qualquer ganho ou perda resultante é contabilizado no resultado. A estrutura societária do Grupo é como segue:

Companhia	Categoria	Participação no capital (%)	
		31/12/2020	31/12/2019
Haztec	Controlada	100	100
Foxx Holding	Controlada	100	100
FIDC Orizon	Controlada	100	100
Controladas diretas da Haztec:			
CTRNI	Controlada indireta	100	100
CTRA	Controlada indireta	100	100
CTRBM	Controlada indireta	100	100
SES Haztec	Controlada em conjunto	50	50
ETR Gramacho	Controlada indireta	100	100
Ecopesa	Controlada indireta	100	100
Vamtec Haztec	Controlada em conjunto	50	50
Controladas diretas da Foxx:			
Foxx Inova	Controlada indireta	100	100
Foxx URE-BA	Controlada indireta	100	100
Foxx URE-OS	Controlada indireta	100	100
Foxx URE-JP	Controlada indireta	67	67

2.4. Investimento em controladas, coligadas e controladas em conjunto (joint venture): Os investimentos da Companhia são registrados com base no método da equivalência patrimonial, sendo inicialmente registrado ao custo de aquisição. Todas as alterações no patrimônio líquido das investidas são refletidas no investimento da Companhia. Em 31/12/2020 e 2019 o único investimento em *joint venture* da Companhia é a Vamtec Haztec. Os demais investimentos são controlados pela Companhia. **2.5. Classificação corrente versus não corrente:** A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante/não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal; • For mantido principalmente para negociação; • Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o exercício de divulgação; • Caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o exercício de divulgação. • Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: • Se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal; • For mantido principalmente para negociação; • Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o exercício de divulgação; • Não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o exercício de divulgação; A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. **2.6. Mensuração de valor justo:** A Companhia avalia seus instrumentos financeiros aos respectivos valores justos, levando em consideração o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá em conformidade com a premissas da norma, conforme abaixo: • No mercado principal para o ativo ou passivo; ou • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo de Nível 2 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; Periódicamente a Companhia faz avaliações de seus instrumentos financeiros, afim de determinar se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo). As divulgações dos instrumentos financeiros e aqueles classificados por seus valores justos estão detalhados na nota 26. **2.7. Reconhecimento de receita:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido. O CPC 47/ IFRS 15 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a norma, a receita é reconhecida por um valor que reflète a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. **2.7.1. Receita com engenharia ambiental:** A receita é reconhecida pela competência dos serviços prestados, com base no progresso da execução dos serviços contratados. Os gestores de cada contrato enviam periodicamente status de execução dos serviços versus condições contratuais, mensurando a partir desta base as receitas e custos que deverão ser reconhecidos contabilmente. **2.7.2. Receita com tratamento e destinação de resíduos:** A receita é reconhecida pela competência dos serviços prestados, com base nas medições emitidas para cada cliente. As medições são extraídas do relatório da balança que controla periodicamente o volume de resíduos (TN) recebidos nas unidades de tratamento e destinação de resíduos. Ao final de cada mês são gerados relatórios com volume recebido de cada cliente, valor unitário e receita total. Com base nesta informação a receita é reconhecida contabilmente. **2.7.3. Receita com biogás:** A receita de biogás é reconhecida pela competência com base em medições, através do controle de vazão de gás bioquímico auferido por equipamentos instalados nos aterros sanitários. A partir desta informação extraída, o responsável técnico e gestor de cada contrato obtém a receita do período pela multiplicação de volume de gás com o valor unitário contratado, com esta informação a receita é reconhecida contabilmente. **2.7.4. Receita com crédito de carbono:** A receita de crédito de carbono é reconhecida pela competência com base em medições, através do controle de redução de emissão de gases poluentes na atmosfera, auferido por equipamentos instalados nos aterros sanitários, e desde que haja preço de venda dos CERs definido em contrato. A partir desta informação extraída, o responsável técnico e gestor da operação obtém a receita do período pela relação do volume redução de emissão de gases poluentes com o valor unitário contratado, com esta informação a receita é reconhecida contabilmente. **2.7.5. Receita com consórcios de energia:** A receita de participação em consórcio de energia é reconhecida por competência com base em medições, através de controle de energia gerada e comercializada sob responsabilidade do consorciado ASJA. Com base neste levantamento, as controladas indiretas participantes destes consórcios são remuneradas por meio de participação variável de acordo com as condições contratuais estabelecidas. **2.7.6. Receita com a comercialização de energia:** A receita de energia é reconhecida por competência com base na quantidade contratada de energia (MWh) estabelecida em contrato e entregue pela Companhia. Esta operação atualmente é realizada pela controlada integral indireta Foxx URE-BA para atendimento de contrato firmado com a CEMIG. Uma vez que a Foxx URE-BA ainda está em fase de implantação da instalação que gerará energia elétrica na modalidade waste-to-energy, atualmente a energia é adquirida em balcão de negociação com outros fornecedores e posteriormente repassada à CEMIG para atendimento ao contrato firmado. **2.7.7. Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva. **2.8. Impostos: Imposto de renda e contribuição social - correntes:** A Companhia mensura seus ativos e passivos tributários correntes com base em seus valores recuperáveis ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de impostos e as leis tributárias utilizadas para cálculo dos valores são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço. **Impostos diferidos:** A Companhia avalia e mensura seus impostos diferidos ativos e passivos considerando os efeitos das diferenças temporárias apuradas nas transações correntes na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis e sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. Periódicamente a Companhia revisa o valor contábil dos impostos diferidos ativos e procede ao reconhecimento de baixa de para o resultado do exercício de de acordo com estudos e projeções para realização destes créditos. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. **2.9. Imobilizado:** As classes de ativo imobilizado são demonstradas ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o montante na aquisição e/ou construção do ativo. Os demais custos referentes a reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. A depreciação é calculada com base no método linear ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos, considerando também as taxas fiscais para os ativos com vida útil definida. Os ecoparques (operações em aterros sanitários) são amortizados de forma variável, considerando capacidade total de recebimento de resíduos nos vales, baseadas em estudos realizados por engenheiros da Companhia e/ou especialistas contratados, o volume recebido de resíduos e o custo de formação dos vales. Os ativos são avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. Um item de imobilizado é baixado por motivo de venda ou obsolescência (quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda). Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação e amortização são revisados periodicamente, e ajustados de forma prospectiva, quando ocorrerem alterações relevantes nas estimativas de vida útil do ativo. **2.10. Intangíveis:** As classes de ativo intangível são demonstradas ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados periodicamente e consideram também as taxas fiscais. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. **2.11. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são avaliados e classificados em conformidade com o CPC 48 / IFRS 9 e as informações detalhadas estão apresentadas na nota 26. **Ativos financeiros:** A Companhia reconhece seus instrumentos financeiros ao custo amortizado ou por seu valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação. A classificação deste instrumento é avaliada pela Companhia de acordo com a característica de cada instrumento. Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre o ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa con-

tratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Em 31/12/2020, os ativos financeiros correspondiam basicamente a caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários e contas a receber de clientes e de partes relacionadas. **Passivos financeiros:** A Companhia avalia seus passivos financeiros ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31/12/2020, compreendem basicamente os empréstimos e financiamentos, arrendamentos, fornecedores e outras contas a pagar. Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Após o reconhecimento inicial, debentures emitidas, empréstimos e financiamentos contraídos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. **Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.12. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, além de possuir vencimento de curto prazo para realização. **2.13. Provisões: Geral:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reem bolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas periodicamente pela Companhia e ajustadas quando necessário. **2.14. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis: Julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. **Estimativas e premissas:** As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir: **Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas avaliadas pelo jurídico e consultores com possibilidade de perda provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **Vidas úteis do ativo imobilizado:** Os valores contábeis do ativo imobilizado são baseados em estimativas, premissas e julgamentos relativos aos custos capitalizados e à capacidade total das operações de aterro sanitário (ecoparque) para recebimento de resíduos sólidos. **Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** Ao longo de cada exercício, a Companhia avalia a realização dos saldos de contas a receber com base em estimativa a partir da ponderação dos riscos de perda de cada grupo do "aging list", considerando os diferentes riscos de acordo com as operações de cobrança e a probabilidade futura de inadimplência, na melhor expectativa da administração. A avaliação da necessidade de provisão para créditos de liquidação duvidosa é realizada com base nas premissas estabelecidas no CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, considerando histórico de inadimplência por faixa de idade. **2.15. Normas e interpretações novas e revisadas: 2.15.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020: Alterações no CPC 15 (R1):** Definição de negócios: As alterações do CPC 15 (R1) esclarecem que, para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um input - entrada de recursos e um processo substantivo que, juntos, contribuam significativamente para a capacidade de gerar output - saída de recursos. Além disso, esclareceu que um negócio pode existir sem incluir todos os inputs - entradas de recursos e processos necessários para criar outputs - saída de recursos. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, mas podem impactar períodos futuros caso a Companhia ingresse em quaisquer combinações de negócios. **Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência:** As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de hedge ou do instrumento de hedge. Essas alterações não têm impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, uma vez que este não possui relações de hedge de taxas de juros. **Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material:** As alterações fornecem uma nova definição de material que afirma, "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam com base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade". As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações financeiras. Uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nem se espera que haja algum impacto futuro para a Companhia. **Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro:** A pronunciação revisado alguns novos conceitos, fornece definições atualizadas e critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclarece alguns conceitos importantes. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. **Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados a Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento:** As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado a Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. Essa alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

2.16. Normas emitidas mas ainda não vigentes:

Normas IFRS 17	Descrição	Aplicação obrigatória:
	Contratos de seguros	Exercícios anuais com início a partir de 01/01/2023

IAS 1 Classificação de passivo como circulante e não circulante

3. Caixa e equivalentes de caixa:	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Caixa	1	1	44	43
Equivalentes de caixa	-	-	6.000	2.274
Total	1	1	6.044	2.317

Os equivalentes de caixa incluem investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor e são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo. As aplicações financeiras são mensuradas a valor justo por meio do resultado, sendo eventuais variações reconhecidas como ganho ou perda no resultado.

4. Títulos e valores mobiliários:	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Certificado de depósito bancário (CDB)	5	2	8.038	9.053
Títulos de capitalização	-	-	2.473	2.473
Total	5	2	10.511	11.526

O saldo de aplicações financeiras constitui-se de recursos para fins de utilização para manutenção do capital de giro e obtenção de rentabilidade via aplicações em CDB, sem risco de variação significativa do principal e rendimentos quando do resgate e remuneradas a com rendimentos próximos a 100% da variação dos Certificados de Depósito Interbancário ("CDIs"). Os títulos de capitalização referem-se a títulos de capitalização do Banco Bradesco, com vencimento para 12 meses, remuneração próxima a 2% a.a. sobre os valores de face dos títulos e perda de valor (deságio) em caso de resgate antecipado.

5. Caixa restrito(consolidado):

	31/12/2020	31/12/2019
Caixa restrito	-	1.609

Até 31/12/2019, referia-se ao valor mantido para pagamento da parcela mensal subsequente (principal+juros) das debêntures emitidas para a Caixa Econômica Federal - Carteira Administrada de Saneamento do FGTS (Nota 13).

As aplicações restritas eram remuneradas a taxas pós-fixadas com rendimentos próximos a 100% da variação dos Certificados de Depósito Interbancário ("CDIs"). O resgate integral ocorreu diante do resgate antecipado das debêntures da CEF em fevereiro de 2019.

6. Contas a receber de clientes (consolidado):

	31/12/2020	31/12/2019
Contas a receber	104.903	102.980
Serviços a faturar (1)	49.261	29.006
	154.164	131.986

	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(32.291)	(35.673)
Total	121.873	96.313
Circulante	112.143	80.839
Não circulante	9.730	15.474

(1) O saldo de serviços a faturar refere-se à apropriação por competência, com base nos boletins de medição que indicam a efetiva prestação dos serviços de acordo com as condições contratadas, cujos saldos serão transferidos para contas a receber quando do correspondente faturamento. Os saldos a receber oriundos da venda de biogás vêm sendo compensados com os adiantamentos e contas a pagar de arbitragem. Estas informações estão detalhadas nas notas 19 e 20, respectivamente. A seguir, estão demonstrados os saldos de contas a receber, faturados, por idade de vencimento:

	31/12/2020	31/12/2019
A vencer	50.752	39.394
Vencidos até 30 dias	9.380	10.378
Vencidos de 31 a 60 dias	3.228	6.508
Vencidos de 61 a 90 dias	1.282	4.429
Vencidos de 91 a 180 dias	3.753	5.507
Vencidos de 181 a 360 dias	8.004	9.097
Vencidos acima de 360 dias	28.504	27.667
Total	104.903	102.980

Oaging de contas a receber contempla os saldos a receber da controlada indireta CTRA junto a PMSG. Como detalhadamente na nota 1, há processo em andamento cujos valores pleiteados ultrapassam os recebíveis atualmente contabilizados deste cliente. O montante a receber firmado em acordo assinado com a PMSG está classificado na faixa de a vencer no quadro acima. A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa para 31/12/2020 e 2019 é como segue:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo em 1º de janeiro	(35.673)	(30.717)
Reversão/(constituição) de provisão, líquidas	(1.251)	(4.956)
Baixa de provisão de ativo	4.633	-
Saldo no fim do exercício	(32.291)	(35.673)

A avaliação da necessidade de provisão para créditos de liquidação duvidosa é realizada com base nas premissas estabelecidas no CPC 48/ IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, cabendo análise de determinados clientes e transações. Conforme entendimento da Administração, determinados recebíveis não devem ser considerados para fins de constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa por não haver indicativo de perda quando da realização, tais como serviços prestados a empresas do mesmo Grupo Econômico e valores para os quais há adiantamentos em aberto que poderão ser compensados no futuro com os saldos ativos. A Companhia não espera incorrer em perdas que superem a provisão para créditos de liquidação duvidosa constituída em 31/12/2020. Conforme detalhado na Nota 1.d, há acordo firmado pela controlada indireta CTRA junto à Concedente com mediação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro no montante de R\$28.904 para o recebimento dos valores, cuja movimentação está apresentada abaixo:

	Movimentação do acordo
Saldo em 01/01/2019	24.021
Parcelas recebidas em 2019	(3.663)
Saldo em 31/12/2019	20.358
Parcelas recebidas em 2020	(5.698)
Saldo em 31/12/2020	14.660

Comercialização de créditos de carbono (Consolidado): Em 03/03/2020, as controladas indiretas CTR NI e Ecopesa, participaram do 4º leilão de venda de crédito de carbono organizado pelo Pilot Auction Facility for Methane and Climate Change Mitigation (PAF), mecanismo desenvolvido pelo Banco Mundial para estimular o investimento em projetos que reduzem as emissões de gases de efeito estufa, maximizando o impacto dos fundos públicos e alavancando o setor privado de financiamento. Para participar do leilão, foi necessário realizar o pagamento de uma taxa de USD 0,30 por crédito de carbono ofertado pela Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31/12/2020 e 2019 - (Em milhares de reais)

Nesse caso, as controladas desembolsaram, em conjunto, o montante de USD370 equivalente a R\$ 1.690 na data de pagamento. As controladas foram bem-sucedidas no leilão, comercializando 1.232.500 créditos de carbono a um preço de USD 1,98 por CER, devendo as controladas gerar as quantidades comercializadas, no período de 3 de março a 31/12/2020. Os créditos serão validados por auditoria externa ao longo do primeiro semestre de 2021 e a previsão é de que o recebimento dos valores contratados ocorra até novembro de 2021. Em 23/06/2020, a controlada indireta CTRA assinou contrato com a Caixa Econômica Federal para compra e venda de Certificados de Emissões (CERs). A comercialização de Reduções Certificadas de Emissões é lastreada em recursos do Carbon Partnership Facility (CPF), repassadas pelo Banco Mundial à Entidade Coordenadora, observando as condições contratuais. Valor unitário (CERs) - 1,91 Euro. Quantidade de CERs contratadas: • Período - 01/01/2019 a 31/12/2019 - 350.000 CERs; • Período - 01/01/2020 a 31/12/2020 - 467.180 CERs. Em 31/12/2020 os valores a receber pelas controladas referente as operações de crédito de carbono montam em R\$27.868. Adicionalmente a controlada indireta Foxx URE JP já possuía contrato firmado em 2019 para comercialização de créditos de carbono, sem relação direta com as transações descritas acima. Em 31/12/2020 o valor a receber era de R\$3.062 (R\$1.692 em 31/12/2019).

7. Impostos e contribuições: a) Impostos e contribuições a recuperar:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) (1)	6	7	2.364	2.968
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) (1)	-	-	690	661
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	-	-	1.283	1.185
Programa de Integração Social (PIS) (1)	-	-	757	408
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) (1)	-	-	2.523	1.354
Impostos sobre Produtos Industrializados (IPI)	-	-	188	188
Outros impostos a recuperar	-	-	409	429
Subtotal - tributos federais	6	7	8.214	7.193
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	-	-	100	-
Subtotal - tributos estaduais	-	-	100	-
Imposto sobre Serviços (ISS)	-	-	1.444	1.292
Subtotal - tributos municipais	-	-	1.444	1.292
Total	6	7	9.758	8.485

(1) Os saldos apresentados referem-se principalmente aos impostos retidos na fonte pelos clientes, os quais são discriminados nas notas fiscais de prestação de serviços, além de impostos retidos das aplicações financeiras. A Companhia possui a expectativa de recuperação dos valores apresentados em período não superior a 12 meses, tendo a visto o giro de compensações realizadas nos últimos meses. b) Impostos e contribuições a recolher:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	60	-	1.946	1.774
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	-	-	12.862	5.135
Programa de Integração Social (PIS)	-	-	2.478	1.636
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	-	-	4.633	2.437
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	-	-	10.343	3.110
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS)	-	-	1.697	1.481
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	-	-	1.260	1.483
Outros impostos (*)	-	45	4.477	4.359
Total	60	45	39.696	21.415

(*) Nesta rubrica estão alocados principalmente os impostos provisionados para os serviços a faturar. c) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício - A conciliação entre o valor dos encargos tributários apurados conforme alíquotas nominais e o valor registrado no resultado consolidado da Companhia para os exercícios findos em 31/12/2020 e 2019 é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(9.688)	(4.832)	47.421	(10.292)
Alíquota nominal combinada	34%	34%	34%	34%
Despesa de IRPJ/CSLL à alíquota fiscal vigente	3.294	1.643	(16.123)	3.499
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva	-	-	-	-
Equivalência patrimonial	44.305	(12.851)	197	(386)
Doações	-	-	-	(211)
Baixa de contas a receber incobráveis	(170)	-	(2.540)	-
Realização de adiantamentos de clientes	-	-	1.071	-
Créditos tributários não constituídos	(17.676)	(3.447)	(6.416)	(9.192)
Total do imposto de renda e contribuição social	29.753	(14.655)	(23.811)	(6.289)
Alíquota efetiva (*)	307%	303%	50%	61%
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	-	(14.655)	(23.297)	(9.985)
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	29.753	-	(514)	3.696

(*) O cálculo da alíquota efetiva está diretamente impactado pelos efeitos das controladas indiretas tributadas pelo regime do lucro presumido. Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Sobre prejuízos fiscais	-	-	140.087	117.248
Sobre base negativa de contribuição social	-	-	50.431	42.209
Sobre diferenças temporárias	-	-	-	-
Provisão de créditos para liquidação duvidosa	-	-	10.979	12.129
Provisão para contingências	-	-	11.819	6.390
Provisão para realização de créditos tributários	-	-	(67.789)	(32.458)
Total ativo fiscal diferido	-	-	145.518	145.518

Para cálculo da expectativa de compensação de impostos com prejuízos fiscais e base negativa, foram adotadas premissas baseadas no plano de negócios da Companhia e na projeção de lucro tributável dos próximos anos, levando-se em consideração realização de reestruturações societárias que aumentem a eficiência tributária da controlada Orizon Meio Ambiente, realização de valor justo da operação de debêntures entre Orizon Valorização de Resíduos e sua controlada Orizon Meio Ambiente, com realização dos efeitos de valor justo apurados na origem da transação, além de melhoria na performance operacional com consequente aumento de base tributável. A Administração considera que as premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e, consequentemente, a determinação do valor de realização dos impostos diferidos, estão aderentes ao plano de negócios da Companhia. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados de acordo com o CPC 32/IAS 12, a Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos acumulados nos seguintes exercícios:

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
2022	207	-
2023	4.871	-
2024	17.545	-
2025	20.642	-
2026	23.425	-
2027	25.853	-
2028	28.167	-
2029	34.151	-
	154.861	-

Os prejuízos fiscais e as bases negativas do imposto de renda e da contribuição social não possuem prazo de prescrição para fins de compensação. Contudo, sua compensação está limitada a 30% do lucro tributável do exercício em que houver a compensação. O passivo fiscal diferido registrado pela controlada Orizon Meio Ambiente se refere ao efeito de 34% sobre a dedutibilidade fiscal das parcelas de amortização fiscal dos ágios, cuja amortização cessou contabilmente a partir do exercício de 2009. Até o exercício findo em 2013, os ágios gerados por aquisições e incorporações foram integralmente amortizados para fins fiscais. Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos e são como segue: Ativo fiscal diferido (Consolidado):

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativo Diferido	145.518	(62.781)	145.518	(112.994)
Efeito líquido	(14.684)	(14.684)	(32.524)	(44.437)

Orizon Meio Ambiente (*)
Orizon
(*) No final do exercício de 2019, a controlada Orizon Meio Ambiente registrou no resultado a reversão do montante de R\$18.351 em detrimento da realização via provisão para impairment de ágios que já foram integralmente amortizados para fins fiscais. As informações detalhadas sobre impairment desses ágios estão apresentadas na Nota 13. Em 31/12/2020, a controlada Orizon Meio Ambiente registrou montante R\$9.587 de passivo fiscal diferido sobre o montante do ajuste a valor presente da Operação de assunção da dívida com o Bradesco (Nota 13). Também constitui ativo fiscal diferido sobre montante ajuste a valor presente constituído sobre saldos de debêntures emitidas para a controladora, ao qual já havia registrado passivo fiscal diferido sobre o mesmo valor constituído. Para efeitos de consolidados estes diferidos são anulados, tendo em vista estarem constituídos no ativo e passivo. Adicionalmente, a Orizon Valorização de Resíduos constituiu ativo fiscal diferido no montan de R\$29.753 sobre reconhecimento de ajuste a valor justo da operação de debêntures com a controlada Orizon Meio Ambiente. Passivo fiscal diferido (Controladora): O saldo apresentado abaixo se refere ao reconhecimento do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o efeito reconhecido no resultado da Companhia originado na operação com o FIDC NP, conforme melhor comentado na Nota 13.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Passivo fiscal diferido - Saldo apresentado no passivo não circulante	-	-	44.437	44.437
PIS e COFINS diferidos: Durante os anos de 2020 e 2019, a Companhia constituiu PIS (0,65%) e COFINS (4%) diferidos sobre o efeito reconhecido no resultado originado pela operação com o FIDC NP, conforme comentado na Nota 13.	-	-	-	-
Descrição	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Instrumento financeiro mensurado à valor justo	195.813	-	195.813	-
PIS e COFINS diferidos passivos (0,65% e 4%)	9.105	-	9.105	-

8. Transações com partes relacionadas: Os detalhes das transações entre a Companhia e suas partes relacionadas estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativo	-	-	-	-
Foxx Holding (1)	3.845	3.845	-	-
Synthesis Empreendimentos Ltda. (2)	-	-	-	1.845
CTR Nova Iguaçu (1)	2.137	2.137	-	-
Confidere (2)	-	-	-	5.255
LS Participações (3)	-	-	7.597	1.695
Adiantamentos a diretores (4)	-	-	888	425
Total	5.982	5.982	8.495	9.220
Circulante	-	-	-	s 6.000
Não circulante	5.982	5.982	8.495	3.220

(1) Os saldos referem-se a transações de conta corrente para manutenção do capital de giro. (2) Referem-se a valores transferidos para //a Synthesis e Confidere com objetivo de investimentos em transações futuras. A Synthesis e a Confidere são controladas pela SH1000, que por sua vez é acionista não controlador da ORIZON. Em junho de 2020, a controlada Orizon Meio Ambiente registrou a baixa do montante de R\$7.100 para o resultado do período, conforme termo de quitação assinado pelas credoras, dando plena e total quitação dos valores em aberto entre as partes, em razão da quitação da dívida que a ORIZON que possuía com a Synthesis via assunção de dívida do Bradesco pela controlada Orizon Meio Ambiente, dívida anteriormente devida pela Synthesis. O detalhamento da dívida assumida está na nota 13. (3) Os saldos referem-se a transações de conta corrente para manutenção do capital de giro. Transações com sócio não controlador da Foxx URE-JP. (4) Os saldos referem-se a adiantamentos aos diretores para para rotinas do dia-dia.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativo	-	-	-	-
Synthesis Empreendimentos Ltda. (1)	-	61.507	-	61.507
CTRBM (2)	18.113	-	-	-
Orizon Meio Ambiente (2)	81.016	7.109	-	-
CTR Alcântara (2)	8.634	8.634	-	-
Outros/Confidere	-	-	-	130
Total	107.763	95.363	-	61.637
Circulante	-	61.507	-	61.507
Não circulante	107.763	33.856	-	130

(1) Até 31/12/2019, referia-se a saldo a empréstimos a pagar para a parte relacionada Synthesis, com vencimento para 01/2020 e remuneração de CDI+0,45% a.m. Em junho de 2020, a Companhia celebrou assunção de dívida da parte relacionada como contrapartida para a quitação do referido empréstimo. Conforme na nota 13, a ORIZON e a Synthesis assinaram, em junho de 2020, termo de quitação de dívida. Desta forma, a dívida que a Synthesis possuía junto ao Bradesco foi cedida para a Orizon Meio Ambiente no montante corrigido de R\$61.542, passando a ORIZON a ser devedora de sua controlada direta, quitando a dívida que possuía em aberto com a Synthesis. (2) Referem-se a transações de conta corrente, oriundas de valores transferidos para pagamento das debêntures emitidas pela ORIZON. Conforme detalhado na nota 21, em 31/12/2020 houve integralização de capital social de acionista minoritária via prestação de serviços com emissão de nota fiscal. Esta integralização estava pendente desde 2009. Os saldos com partes relacionadas referem-se, substancialmente, a contas correntes sem incidência de juros, prazo de vencimento indeterminado e garantias. A liquidação dos saldos gera efeito nos saldos de bancos e nas contas patrimoniais de partes relacionadas. Afim de evitar a imprevisibilidade de entradas de recursos frente às obrigações, o grupo econômico passou a realizar operações de "conta corrente" para que a Companhia, suas controladas e

subsidiárias pudessem atingirem seu objeto social e preservar os interesses das empresas, bem como honrar com suas obrigações financeiras contratadas e, logo, evitar qualquer inadimplência e/ou descumprimento de obrigações legais e contratuais que poderiam resultar em efeitos financeiros adversos para o grupo econômico da Companhia e, consequentemente, para seus acionistas. As transações identificadas como "conta corrente" não são entendidas pela Companhia como um contrato de mútuo específico sobre determinado valor recebido, no qual o mutuário assume a obrigação de restituir-lo em igual quantidade, qualidade e gênero. Tal transação, no entendimento da Companhia, ocorre em regime de conta corrente, onde a premissa é o estabelecimento de um fluxo financeiro sem condições pré-definidas, sendo realizada conforme necessidade de capital de giro. Adicionalmente, atualmente a gestão dos recursos e fluxos de caixa das empresas do grupo econômico da Companhia encontram-se sob a mesma política e gestão financeira, cabendo aos membros executivos a tomada final de decisão sobre a melhor alocação dos recursos de acordo com as necessidades supracitadas. Nestas operações não há reconhecimento de perda e/ou expectativa de perda ou quaisquer formalizações de garantias em razão do fato de que as empresas do Grupo estão sob a mesma gestão econômico-financeira. Logo, as transações de "Conta Corrente" não são entendidas pela Companhia como operações de mútuo específico sobre determinado valor recebido, no qual o mutuário assume a obrigação de restituir-lo em igual quantidade, qualidade e gênero. Tal transação, no entendimento da Companhia, ocorre em regime de conta corrente, onde a premissa é o estabelecimento de um fluxo financeiro sem condições pré-definidas, sendo realizada conforme necessidade de capital de giro. Adicionalmente, atualmente a gestão dos recursos e fluxos de caixa das empresas do grupo econômico da Companhia encontram-se sob a mesma política e gestão financeira, cabendo aos membros executivos a tomada final de decisão sobre a melhor alocação dos recursos de acordo com as necessidades supracitadas. Adicionalmente, a ORIZON possui debêntures a pagar para a controlada Orizon Meio Ambiente com seus respectivos efeitos no resultado do exercício detalhados na Nota 13. Remuneração do pessoal-chave da Administração: A Companhia considera como "Pessoal-chave da Administração" somente os integrantes da sua diretoria estatutária e os membros do Conselho de Administração. Em 31/12/2020 e 2019, a remuneração do pessoal-chave da Administração foi resumida como segue:

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Remuneração do pessoal-chave da Administração (*)	6.533	6.506

Outros: A Companhia não possui obrigações adicionais de pós-emprego bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76) e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixarem o montante global e anual da remuneração dos administradores, cabendo ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores. Adicionalmente, exceto pelo mencionado no tópico de pagamento baseado em ações, a Companhia não mantém nenhum outro programa de remuneração baseada em ações, nem outros benefícios de longo prazo aos seus empregados e/ou administradores.

9. Adiantamentos e outros passivos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
a) Adiantamentos:	-	-	-	-
Adiantamento de outorgas (1)	-	-	5.850	5.850
Adiantamentos a funcionários (2)	-	-	2.106	2.285
Adiantamentos a fornecedores(3)	960	1.455	10.444	9.009
Gastos diferidos - Operação de abertura de capital(4)	3.169	-	3.169	-
Outros	-	-	1.491	1.073
Total	4.129	1.455	23.060	18.217
Circulante	4.129	1.455	17.061	12.257
Não circulante	-	-	5.999	5.960

(1) Refere-se ao adiantamento de outorgas futuras à Prefeitura Municipal de São Gonçalo via abatimento no montante fixo mensal de R\$65 nas faturas emitidas contra a mesma, para compensações futuras de outorgas sobre receita de venda de créditos de carbono, conforme previsto no contrato de concessão. Considerando que a geração de créditos de carbono teve início em 2016, os valores deverão começar a ser realizados após a finalização da pericia judicial sobre os valores com a Prefeitura Municipal de São Gonçalo (Nota 1). (2) Refere-se, substancialmente, a saldos de adiantamentos a funcionários (salários, férias, viagens, dentre outros). (3) Refere-se principalmente a valores de adiantamento a fornecedores de serviços, seguros patrimoniais e saúde. (4) Refere-se a gastos incorridos com auditores e consultores no processo de abertura de capital, cujo montante será reclassificado para o patrimônio líquido em 2021, quando ocorreu efetivamente a abertura de capital.

b) Outros passivos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
S.A. Paulista de Construções e Comércio (1)	-	-	7.470	7.286
Outros títulos a pagar (2)	63	59	7.585	6.353
Total	63	59	15.054	13.639

(1) Refere-se a saldos a pagar da CTRA à antiga controladora S.A. Paulista, referentes a saldos remanescentes anteriores à transação de aquisição pela Orizon Meio Ambiente. (2) A maior parte de saldo refere-se a obrigações com o cliente Bayer. Atualmente, a unidade de incineração na cidade Belford está localizada no parque industrial da Bayer, onde são prestados serviços para a mesma. Pela utilização do espaço e infraestrutura, a Bayer solicita ressarcimentos mensais para a Orizon Meio Ambiente.

10. Investimentos: A movimentação dos investimentos (Controladora e Consolidado) para o exercício findo em 31/12/2020 e exercício findo em 31/12/2019 é como segue:

	Controladora - 31/12/2020		Consolidado	
	31/12/2019	Bônus de subscrição - Reflexo	31/12/2020	31/12/2020
Orizon Meio Ambiente	449.948	156.664	126.432	733.044
Foxx Holding	7.003	-	3.876	10.879
Total	456.951	156.664	130.308	743.923

	Controladora - 31/12/2019		Consolidado - 31/12/2020	
	31/12/2018	Resultado de equivalência patrimonial	31/12/2019	31/12/2019
Orizon Meio Ambiente	492.970	(43.022)	449.948	449.948
Foxx Holding	1.778	5.226	7.003	7.003
Total	494.748	(37.796)	456.951	456.951

	Controladora - 31/12/2020		Consolidado	
	31/12/2019	Despesa de equivalência patrimonial	31/12/2020	31/12/2020
SES Haztec (i)	(158)	-	(158)	(158)
Vamtec Haztec	(1.423)	578	(845)	(845)
Total	(1.581)	578	(1.003)	(1.003)

	Controladora - 31/12/2019		Consolidado	
	31/12/2018	Resultado de equivalência patrimonial	31/12/2019	31/12/2019
SES Haztec (i)	(158)	-	(158)	(158)
Vamtec Haztec	(289)	(1.134)	(1.423)	(1.423)
Total	(447)	(1.134)	(1.581)	(1.581)

(i) Em conformidade com o Pronunciamento Técnico

12. Intangível (consolidado):	31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
Aquisições:	3.533	3.533
Novagerar Eco-Energia Ltda. (i)	35.235	35.235
Ecopesa Ambiental S.A. (ii)	2.415	4.177
Carteira de clientes	524	858
Acordo de não competição	29	40
Força de trabalho	8.065	8.065
Plastimassa Tecnologia em Tratamento de Resíduos Ltda.(ii)	10.107	10.107
El Capitan Participações e Investimentos S.A.(iii)	14.933	14.933
Gaia - Gestão Ambiental da Indústria Ltda (ii)	3.990	3.990
E-Ambiental Ltda. (ii)	107	107
Orizon Meio Ambiente S.A.(ii)	2.731	2.731
ETR Gramacho (i)	1.328	2.466
Carteira de clientes	340	632
Acordo de não competição	83.337	86.874
Subtotal - ágios e mais valias relacionados a aquisição de investimentos	8.681	9.295
Concessão da CTRNI - alocação de preço de compra	1.786	2.076
Concessão da CTRA - alocação de preço de compra	10.467	11.371
Subtotal - concessões	1.118	1.201
Condicionantes das licenças de operação (LOs)	-	2.760
Marcas e patentes	1.182	217
Gastos na comercialização de crédito de carbono	270	217
Software	96.374	102.423
Total		

(i) Ágios oriundos de aquisições de investimentos adquiridos entre 2008 e 2009 até 2016 e incorporados nos mesmos períodos. Em função dos ágios serem fundamentados em rentabilidade futura (goodwill), os mesmos são reconhecidos e testados separadamente, a cada ano, em relação aos seus valores recuperáveis. (ii) Ágio oriundo de incorporação reversa realizada em 2007. A movimentação dos intangíveis é como se segue:

Saldo em 01/01/2019	Consolidado
174.845	174.845
Adições de outros intangíveis	645
Amortização - mais valia	(3.539)
Amortização dos intangíveis de concessão	(912)
Amortização de outros intangíveis	(234)
Baixa por redução ao valor recuperável - goodwill	(68.382)
Saldo em 31/12/2019	102.423
Adições de outros intangíveis	2.177
Amortização - Mais valia (i)	(3.537)
Amortização dos intangíveis de concessão	(904)
Baixa de intangível	(2.760)
Amortização de outros intangíveis	(1.025)
Saldo em 31/12/2020	96.374

Perdas por redução ao valor recuperável: No mínimo, uma vez ao ano, a Companhia realiza o teste do valor recuperável dos ágios ("goodwill") gerados nas combinações de negócios através da avaliação do valor em uso, onde os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes dos impostos de forma que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo ou da Unidade Geradora de Caixa ("UGC"). O montante do ágio apurado na combinação de negócio é alocado à UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Como parte do processo de encerramento das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/2020, a Companhia realizou a análise de perda por redução ao valor recuperável de ativos e não identificou necessidade de reconhecimento de perda do valor recuperável dos mesmos. Em 31/12/2019 a Companhia reconheceu o montante de R\$68.382 como perda ao valor recuperável na controlada Orizon Meio Ambiente. As UGCs provisionadas foram Remediação e Consultoria (principalmente Aquamec) e Plastimassa (Unidade Magé) e decorre de aquisições feitas pela Orizon Meio Ambiente no passado, em anos anteriores a 2013. A Companhia acredita que todas as suas estimativas são razoáveis, consistentes com os relatórios internos, negócios da Companhia e refletem as melhores estimativas da Administração. O teste de impairment, elaborado anualmente, baseia-se em uma série de julgamentos, estimativas e premissas. As premissas chave sobre as quais a Administração baseou suas projeções do fluxo de caixa futuro, estimativas e exerceu seu julgamento, são as seguintes: • Projeção dos resultados operacionais para o primeiro ano, baseado na taxa de crescimento do ano corrente. Os fluxos são baseados nos planos estratégicos aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia. Este é preparado por negócio, quando aplicável, e considera fontes externas como cenários macroeconômicos do segmento de atuação, evolução do negócio, inflação, taxas de câmbio e resultados históricos da Companhia; • Projeção dos resultados operacionais para os próximos anos, com base nos resultados esperados com a captação de novos clientes, manutenção dos clientes já existentes e desenvolvimento de novas soluções para o mercado e vigência dos contratos de concessão. A Administração estima recuperar os valores de ágio investidos quando da aquisição de negócios no prazo de no mínimo 10 anos mais perpetuidade, e para tal análise utilizou como premissas as taxas de crescimento do setor, taxas de retorno sobre o investimento feito e a continuidade das operações da Companhia. As considerações para o prazo mínimo considerado estão baseadas nos contratos de concessão e contratos firmados com clientes que possuem prazo superior há 10 anos. A análise de perda por redução ao valor recuperável foi efetuada pelo modelo de fluxo de caixa futuro descontado e aplicando uma taxa de desconto CMPC - Custo Médio Ponderado de Capital, conforme tabela abaixo. O fluxo de caixa futuro foi ajustado pelo risco específico do segmento das controladas da Companhia, tendo como base o risco determinado pela Administração.

UGC	Taxa média de Crescimento	Taxa de desconto antes dos impostos	Ativos líquidos em 31/12/2020	Metodologia Utilizada
Remediação e Consultoria	10%	15%	65.248	Valor em uso
Plastimassa	8%	15%	17.281	Valor em uso
Ecopesa	7%	15%	68.876	Valor em uso
ETR Jardim Gramacho	7%	15%	12.491	Valor em uso

13. Empréstimos, financiamentos e arrendamentos:	Objeto	Vencimento	Encargos financeiros	31/12/2020	31/12/2019
Credor					
Orizon Meio Ambiente (i)	Debêntures	30/01/2022	CDI + 4% a.a.	663.888	623.279
Custos com emissão de Debêntures	Debêntures			(1.974)	(1.974)
Ajustes a valor justo	Debêntures			(108.304)	(167.297)
Ajuste a valor presente	Debêntures			-	(28.516)
Total				553.610	425.492
Circulante				-	-
Não circulante				553.610	425.492

Credor	Objeto	Vencimento	Encargos financeiros	31/12/2020	31/12/2019
Custos com emissão de Debêntures				(1.974)	(1.974)
Carteira Administrada de Saneamento do FGTS	Debêntures	01/04/2023	TR + 8,5% a.a.	-	40.406
Custo com a emissão de debêntures				(135)	(135)
FIDC NP Gestão de Recursos ("FIDC NP") - 2ª Emissão de debêntures (ii)	Debêntures	23/05/2019	1,67% a.m. (i)	-	296.177
FIDC NP Gestão de Recursos ("FIDC NP") - 3ª Emissão de debêntures (ii)	Debêntures	31/05/2019	1,67% a.m. (i)	-	112.905
Banco ABC Brasil	CCBs	02/06/2023	CDI + 3,8% a.a.	30.223	-
Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil)	CCBs	10/07/2025		-	-
		10/07/2026	CDI + 9,5% a.a. e 21,0% a.a.	283.277	-
Custos na captação de empréstimos				(19.963)	-
Banco Bradesco	CCB	30/04/2029	CDI + 1% a.a.	62.954	-
Ajuste a valor justo				(28.724)	-
Total				325.658	447.379
Circulante				43.921	28.517
Não circulante				281.737	418.862

(i) Valor decorrente das debêntures da Orizon adquiridas pelo FIDC NP e integralizadas nas debêntures emitidas pela Orizon Meio Ambiente (vide detalhamento nesta Nota). A operação foi dividida em 5 séries, cada uma com os respectivos valores correspondentes e prazos de carência. (*) Incidentes para as séries que não estão em carência. Para as séries em carência, a incidência de juros ocorre a partir da data de liberação, conforme quadros detalhados nesta nota. As movimentações dos empréstimos e financiamentos para 31/12/2020 e 2019 são como segue:

	Controladora	Consolidado	31/12/2020	31/12/2019
Saldo em 1º de janeiro	425.492	466.215	447.379	508.926
Encargos financeiros	40.609	21.272	41.627	986
Ajuste a valor justo	-	(25.938)	(28.724)	-
Debêntures transferidas a novo credor (i)	-	112.040	-	112.040
Liquidação de debêntures vencidas (i)	-	(148.097)	-	(148.097)
Captações/ assunções de dívida	-	-	374.693	-
Diferimento de gastos na captação de dívidas	-	-	(19.923)	-
Pagamento de principal	-	-	(469.358)	(16.155)
Pagamento de juros	-	-	(20.036)	(10.321)
Saldos em 31 de dezembro	466.101	425.492	325.658	447.379

(*) Valores decorrentes da transação realizada com o FIDC NP, conforme mencionado adiante. O FIDC NP negociou e adquiriu junto aos Bancos Santander, Haitong e Itau as debêntures anteriormente detidas por estas instituições financeiras junto a Orizon. Na data da aquisição pelo FIDC NP das debêntures originalmente emitidas pela Orizon e detidas pelos Bancos Santander, Haitong e Itau, as mesmas totalizavam R\$ 406.505. Posteriormente à referida aquisição, em 23/04/2018, a controlada Orizon Meio Ambiente emitiu novas debêntures no valor de R\$ 275.266 para o FIDC NP (conforme detalhe adiante) e, em contrapartida, recebeu as debêntures adquiridas da Orizon. Essa operação gerou uma redução imediata na dívida consolidada reconhecida pela Orizon de R\$ 131.239, valor reconhecido no resultado financeiro, sem efeito caixa. Em 1º de novembro de 2019, o FIDC NP concluiu o processo de aquisição das debêntures detidas até então pelo Banco Bradesco, que totalizavam na data da referida negociação o valor de R\$ 148.097. Como consequência da referida negociação, a Orizon Meio Ambiente subscreveu debêntures em favor do FIDC NP no valor R\$ 112.040 (3ª Emissão de Debêntures da Orizon Meio Ambiente) e em contrapartida recebeu as debêntures da Orizon adquiridas do Banco Bradesco. Essa operação gerou uma nova redução na dívida consolidada reconhecida pela Orizon de R\$36.058 e o reconhecimento de um efeito positivo no resultado financeiro da Companhia, sem efeito caixa. Em junho de 2020 a dívida que a Synthesis possuía junto ao Bradesco foi cedida para a Orizon Meio Ambiente no montante corrigido de R\$61.542, passando a ORIZON a ser devedora de sua controlada direta, quitando a dívida que possuía em aberto com a Synthesis. Em virtude desta transação, foi reconhecido no mesmo período montante de R\$28.993 (R\$28.724 em 31/12/2020) como ajuste a valor presente, de forma a refletir o fluxo temporal dos valores a receber da controladora Orizon Valorização de Resíduos. O efeito do ajuste a valor presente reduziu a dívida reconhecida em conta redutora no passivo, que será realizado até o vencimento da mesma. **Cronograma de pagamentos:** Em 31/12/2020, os saldos dos empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante estão distribuídos por ano de vencimento como segue:

	Controladora	Consolidado
2022	533.610	59.621
2023	-	59.621
2024	-	59.621
2025	-	37.597
2026 em diante	-	65.279
Total	533.610	325.658

Emissões de debêntures da Orizon Meio Ambiente: CEF - Carteira Administrada de Saneamento do FGTS: Em 15/04/2011, posteriormente aditada em dezembro de 2014, a controlada Orizon Meio Ambiente emitiu o Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples ("Instrumento"), não conversíveis em ações, com garantia fluante e garantias adicionais para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, no valor de R\$245.000, em série única, pelo prazo de 12 anos, ao custo de TR + 8,5% a.a. Algumas obrigações foram pactuadas na escritura, como cláusulas restritivas (covenants) financeiras, constituição de garantias e a emissão de classificação de risco (rating) anual para a operação, emitido por agência de classificação de risco (rating). Em 28/02/2020, a controlada Orizon Meio Ambiente realizou o resgate antecipado das debêntures anteriormente detidas pela CEF conforme Escritura Particular de Debêntures, através de operação de liquidação na B3. O resgate antecipado foi do montante de R\$40.525, utilizando como recurso nova dívida contraída junto ao Banco ABC Brasil em 28/02/2020, que quitou quase a totalidade o Instrumento. **Emissão de Debêntures para o Fundo de Liquidação Financeira - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios não Padronizados.** A controlada Orizon Meio Ambiente e o FIDC NP, assinaram Escritura Particular da Segunda e Terceira Emissões de Debêntures Simples, conversíveis em ações, em cinco séries, para distribuição privada da Orizon Meio Ambiente, tendo a Orizon como interveniente, bem como outras empresas do Grupo. O detalhamento dos montantes emitidos e integralizados destas debêntures estão conforme abaixo:

Data de aquisição	Data de integralização	Debêntures subscritas
23/04/2018	23/04/2018	193.752
23/05/2018	23/05/2018	49.223
30/07/2018	30/07/2018	32.291
01/11/2019	01/11/2019	112.040

Na ocorrência de um evento de vencimento antecipado ou caso as debêntures não fossem integralmente pagas na data de vencimento, observados os respectivos prazos de cura aplicáveis, as debêntures poderiam ser convertidas em ações ordinárias. As operações foram divididas em cinco séries, cada uma com os respectivos valores correspondentes e prazos de carência. As debêntures tinham remuneração de 1,67% a.m., sendo que 04 séries de cada emissão tinham carência de incidência de juros, conforme referido nos instrumentos pactuados. Em 19/06/2020,

a controlada Orizon Meio Ambiente realizou o pagamento das debêntures anteriormente detidas pela FIDC NP parte com recursos próprios, no montante de R\$416.124, parte com recursos provenientes da emissão de 28 Cédulas de Crédito Bancário emitidas em favor do Banco Credit Suisse, totalizando R\$273.150 e parte com a emissão de Bonus de Subscrição (R\$ 156.664). Além disto, a Companhia desembolsou R\$5.004 de recursos próprios. A Companhia incorreu em R\$19.963 de gastos para captação dos recursos. **Captação de recursos - Banco ABC Brasil (Consolidado).** Em 18/02/2020, a controlada Orizon Meio Ambiente assinou contratos de empréstimos com o Banco ABC Brasil, com o propósito de suportar a quitação da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, com Garantia Fluante e Garantias Adicionais, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação da Orizon Meio Ambiente. A captação de recursos junto ao Banco ABC Brasil foi realizada através da emissão de duas cédulas de créditos bancários ("CCBs") no valor total de R\$40 milhões, possuindo cada cédula as seguintes características: 1. Cédula - R\$7.000 ("CCB 1"): • Parcelas mensais: R\$1.000 acrescidas de 100% de variação do CDI + 0,3113% a.m. • Vencimento: 1ª parcela em 30/03/2020 e última parcela em 25/09/2020, ou seja, encontra-se quitada. 2. Cédula - R\$33.000 ("CCB 2"): • Parcelas mensais: R\$1.000 acrescidas de 100% de variação do CDI + 0,3113% a.m. • Vencimento: 1ª parcela em 26/10/2020 e última parcela em 12/06/2023. As CCBs foram desembolsadas em 28/02/2020 e as cláusulas de vencimento antecipado desses instrumentos não estão relacionadas ao atendimento de índices financeiros ou não financeiros. Abaixo a tabela com fluxo de pagamentos de principal das CCBs:

Emissões	2020	2021	2022	2023
CCB1	3.001	-	-	-
CCB2	3.012	12.000	12.000	6.000
Total	6.013	12.000	12.000	6.000

Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) - (Consolidado): Em 01/06/2020, a controlada Orizon Meio Ambiente e o Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. assinaram CCBs Credit Suisse no montante de R\$273.150. Abaixo as principais condições das CCBs Credit Suisse: (i) Montante R\$210.700, divididos em 22 (vinte e duas) cédulas de crédito bancário ("CCBs Credit Suisse 1"), com prazos distintos, conforme a tabela abaixo. Sobre o principal ou saldo do principal, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão - Segmento CETIP UTVM ("B3"), no informativo diário disponível em sua página na rede mundial de computadores (http://www.b3.com.br), acrescida de spread de 9,50% (nove inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis, por dias úteis decorridos, desde a data de desembolso ou a data de pagamento de remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. (ii) Montante de R\$62.450, divididos em 6 (seis) cédulas de crédito bancário ("CCBs Credit Suisse 2"), com prazos distintos, conforme a tabela abaixo. Sobre o Principal ou saldo do Principal atualizado, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios pré-fixados de 21% (vinte e um por cento) ao ano, base 252 dias úteis, calculados em regime de capitalização composta, *pro rata temporis*, sendo que o período de capitalização é o período compreendido (i) entre a data de início do cálculo da remuneração, contados a partir da data de desembolso (conforme definido abaixo) e a data efetiva de pagamento dos juros ou a data de uma eventual primeira amortização, ou (ii) entre a data de uma eventual amortização e a data da amortização subsequente. Os contratos preveem algumas obrigações, como cláusulas restritivas (covenants) financeiras e não-financeiras, bem como a constituição de garantias. A Companhia deverá manter, durante a vigência do referido Instrumento, os seguintes índices financeiros descritos abaixo, os quais são verificados trimestralmente, com base no resultado de 12 meses acumulados na data de verificação, a saber: (1) Relação dívida líquida/EBITDA - 3,70x (3,60x a partir de junho de 2021). (2) Relação EBITDA e Despesa Financeira Líquida - 1,80x (2,00x a partir de dezembro de 2021). (3) Índice de liquidez corrente - 1,0. (4) Capex - Limitado a R\$7.000 trimestrais, reajustados a cada período de 12 (doze) meses contados da data de emissão, pelo IPCA ou outro índice oficial que venha a substituí-lo. (5) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) - 1,0. As garantias da operação são as seguintes: recebíveis, cessão de dividendos a receber, alienação fiduciária de equipamentos (R\$27.000), terrenos e imóveis (R\$12.105) e ações de investidas (Valor de patrimônio líquido das investidas indiretas CTRNI, CTRA, CTRBM e Ecopesa somam R\$313.458 em 31 de dezembro), dentre outros. Em 31/12/2020 a Companhia deixou de cumprir a cláusula restritiva referente ao índice de liquidez corrente. **Suspensão dos efeitos de vencimento antecipado:** Conforme divulgado na nota 1, em 28/12/2020, a Companhia obteve waiver do Banco Credit Suisse pelo descumprimento de determinadas obrigações das CCBs emitidas pela Orizon Meio Ambiente, tais como não atingimento de índice de liquidez circulante estabelecido nas CCBs. Em função do mencionado acima, em 31/12/2020 a dívida se encontra classificada parte no circulante (R\$13.203) e parte no não circulante (R\$250.016), sem impacto de penalidades. **Assunção de dívida - Banco Bradesco (Consolidado):** Em 23/06/2020, Banco Bradesco S.A. e Orizon Meio Ambiente, com intervenção e garantia da Companhia, firmaram Instrumento Particular de Confissão, Assunção de Dívida e Outras Avenças, na qual a Orizon Meio Ambiente assumiu a posição da Synthesis junto ao Banco Bradesco no montante de R\$61.954, a ser pago da seguinte forma: (a) 12 parcelas no valor de R\$327, mensais e consecutivas; e (b) O saldo devedor remanescente no dia 30/04/2029. Os juros remuneratórios serão calculados até o dia 19/06/2021 a uma taxa mensal de 0,84% ao mês, equivalente a taxa anual de 10,50%. Após essa data, o juros remuneratório serão calculados a 0,08% ao mês, equivalente a taxa anual de 1% e, sobre o valor acrescido, atualização de acordo com a flutuação diária correspondente a 100% da taxa dos Certificados de Depósito Interfinanceiro - CDI, de prazo igual a um dia útil, apurada pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP. No referido documento, Synthesis e Companhia, em decorrência do ajustado no Instrumento de Confissão e Assunção de Dívida, outorgaram-se mútua e recíproca quitação, para nada mais reclamarem, uma da outra, a que tempo ou título for em relação ao saldo existente entre as partes. **Emissões de debêntures da ORIZON:** 4ª Emissão de novas debêntures simples - não conversíveis em ações: Em 06/02/2013, a Companhia emitiu Escritura Particular de Debêntures Simples ("Escritura Particular"), não conversíveis em ações, com garantias adicionais reais e fidejussórias, no valor de R\$256.000, em série única, pelo prazo de 7 anos, ao custo de 100% da variação acumulada da DI+Spread que varia de 2,50% a 4% a.a., dependendo da relação "Dívida Líquida/EBITDA". As debêntures possuem prazo de carência de principal de 24 meses. A partir de fevereiro de 2015, os valores de principal e juros começaram a ser pagos em 11 parcelas de forma semestral até o vencimento. A referida Escritura Particular possui alguns covenants financeiros e não financeiros, relacionados principalmente a situações de inadimplência junto a outras instituições financeiras e reestruturações societárias, em que não haja prévia aprovação das instituições financeiras que escrituraram estas debêntures. Esta emissão de debêntures teve como principal objetivo o alongamento do perfil da dívida com as instituições financeiras citadas acima. Atualmente, a Orizon Meio Ambiente é a atual devedora da 4ª Emissão de novas debêntures simples da Orizon. Em 30/01/2015, a Companhia emitiu uma Escritura Particular de Debêntures Simples ("Escritura Particular") objetivando única e exclusivamente o pagamento dos juros remuneratórios da última emissão de debêntures simples. 5ª Emissão de Debêntures Simples - Não Conversíveis em Ações - Aditamento à 4ª Emissão: Em 30/01/2015, a Companhia emitiu a Escritura Particular de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, com garantias adicionais reais e fidejussórias, no valor de R\$150 milhões, em série única, pelo prazo de 7 anos, ao custo de 100% da variação acumulada da DI+Spread que varia de 2,50% a 4% a.a., dependendo da relação "Dívida Líquida/ EBITDA". As debêntures possuem prazo de carência de principal e juros de 24 meses com cronograma de pagamento para início a partir de janeiro de 2017, devendo os valores de principal e juros começarem a ser pagos trimestralmente, em 21 parcelas, até o vencimento destas debêntures que deverá ocorrer em janeiro de 2022. A 5ª Emissão de Debêntures da Companhia possui alguns covenants financeiros e não financeiros, relacionando principalmente a situações de inadimplência junto a outras instituições financeiras e reestruturações societárias, em que não haja prévia aprovação dos devedores e das instituições financeiras que escrituraram estas debêntures. A emissão das debêntures objetivava o pagamento dos juros remuneratórios devidos até a respectiva data no âmbito da Escritura Particular da Quarta Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em Ações ora vigente com as mesmas instituições financeiras credoras. Atualmente, a Orizon Meio Ambiente é a atual devedora da 5ª Emissão de Debêntures Simples da ORIZON. **Suspensão dos efeitos de vencimento antecipado - 4ª e 5ª emissões de debêntures:** Em 18/12/2020, foram assinados, pela controlada Orizon Meio Ambiente, documentos de waiver para suspensão dos efetivos vencimentos antecipados de todas as obrigações pecuniárias e não pecuniárias decorrentes das 4ª e 5ª emissões de debêntures, pelo não cumprimento, nos prazos indicados nas Escrituras de Emissões, das obrigações de responsabilidade da Emissora, inclusive em relação as parcelas vencidas e vincendas até o novembro de 2022, prazo máximo para as presentes emissões serem reestruturadas. **Suspensão dos efeitos de vencimento antecipado - Credit Suisse:** Em 28/12/2020, foi assinado, pelo Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A., documento de waiver para suspensão dos efetivos vencimentos antecipados de todas as obrigações pecuniárias e não pecuniárias decorrentes das CCBs, pelo não cumprimento, nos prazos indicados nas cláusulas constantes nas mesmas, das obrigações de responsabilidade da Orizon Meio Ambiente.

Arrendamentos (Consolidado): A Companhia e suas controladas possuem contratos de arrendamento mercantil firmados no curso normal de suas operações inerentes às suas atividades operacionais. A Companhia adota os seguintes expedientes práticos na mensuração dos impactos a serem produzidos quando da aplicação do CPC 06 (R2)/IFRS 16: • Aplicação de uma taxa de desconto única para uma carteira de arrendamentos com características semelhantes. A Companhia adotou a taxa de 9,5% a.a. em consonância com o custo médio de capital. • Aplicação da isenção de não reconhecimento dos ativos de direito de uso e passivos de arrendamentos com um período inferior a 12 meses e para arrendamentos de baixo valor. Os pagamentos associados a esses contratos serão reconhecidos como uma despesa em base linear durante o prazo contratual. As despesas dos contratos não alcançados pelo CPC 06 (R2)/IFRS 16 estão alocadas na rubrica de locação de equipamentos. • Utilização de informação observável retrospectiva para determinar o prazo de arrendamento, considerando as opções de extensão ou rescisão contratual. A movimentação dos financiamentos para 31/12/2020 e 2019 é como segue:

	Controladora	Consolidado
Constituição de saldo pela adoção ao IFRS 16 (01/01/2019)	-	17.196
Adição de novos contratos no exercício	-	2.607
Pagamento de principal	-	(7.640)
Pagamento de juros	-	(1.278)
Juros apropriados no exercício	-	1.278
Saldo em 31/12/2019	-	12.163
Adição de novos contratos no exercício	-	7.260
Pagamento de principal	-	(7.704)
Pagamento de juros	-	(1.249)
Juros apropriados no exercício	-	1.249
Saldo em 31/12/2020	-	11.719

	31/12/2020	31/12/2019
Circulante	5.493	4.633
Não circulante	6.226	7.530

Cronograma de pagamentos (consolidado): Em 31/12/2020, os saldos dos arrendamentos classificados no passivo não circulante estão distribuídos por ano de vencimento como segue:

	Controladora	Consolidado
2021	-	2.030
2022	-	1.264
2023	-	1.234
2024	-	1.037
2025 em diante	-	661
Total	-	6.226

</

16. Salários e encargos sociais (consolidado):	31/12/2020	31/12/2019
Salários e honorários a pagar	1.560	1.392
INSS a recolher	1.473	1.704
FGTS a recolher	341	302
Provisão e encargos sobre férias	5.928	5.726
IRRF sobre salários	430	347
Outros	57	59
Total	9.789	9.530
17. Parcelamento de impostos (consolidado):	31/12/2020	31/12/2019
INSS	1.837	22
ISS (1)	1.668	3.405
ICMS (2)	2.567	1.832
COFINS (3)	12.512	4.312
IRPJ (3)	4.979	1.000
CSLL (3)	2.018	799
PIS (3)	2.780	936
PERT (3)	2.006	2.250
Total	30.367	14.556
Circulante	6.707	4.243
Não circulante	23.660	10.313

As informações referentes aos impostos parcelados do Consolidado estão apresentadas a seguir:

	Valor original	Quantidade de parcelas	Parcelasa vencer	Índices decorreção
INSS	5.308	19 a 60	41 a 60	Selic + Multa de 20%
ISS	2.096	24 a 84	18	Mora + IPCA
ICMS	264	36 a 120	54	Mora + UFIR
IRPJ	3.423	60	41 a 57	Selic + Multa
CSLL	1.519	60	41 a 57	Selic + Multa
PIS	2.987	60	41 a 60	Selic + Multa
COFINS	14.086	60	41 a 60	Selic + Multa

(1) Em 18/03/2016, a controlada indireta CTRNI obteve homologação da solicitação de processo de parcelamento de ISS junto à Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu. O processo homologou parcelamento no montante de R\$4.884 (corrigidos por multa e juros) em 36 parcelas, tendo o efeito de reclassificação de impostos a recolher para parcelamento de impostos, considerando já se tratar de dívida anteriormente registrada. Esse parcelamento foi integralmente quitado em 2020. O saldo em aberto em 31/12/2020 refere-se à homologação de parcelamento de ISS das controladas indiretas CTR BM e CTRA. (2) Em 2014, a Orizon Meio Ambiente aderiu ao programa especial de parcelamento de ICMS (PEP) para saldos em aberto, junto ao Estado de São Paulo. O montante total parcelado foi de R\$3.525, dividido em 120 vezes. As parcelas de R\$29 vêm sendo pagas desde dezembro de 2014, sendo a última parcela com vencimento para maio de 2024. (3) Em 2017, a Orizon Meio Ambiente, a CTRNI, CTRBM e CTRA liquidaram integralmente os impostos federais em aberto até 30/04/2017, por meio da utilização do programa de parcelamento implementado pela Lei nº 13.496/2017, que permitiu a compensação da dívida tributária corrigida (5%) de multa e juros, via utilização de prejuízos fiscais da Orizon Meio Ambiente, tendo a dívida remanescente sido paga à vista. O valor remanescente na rubrica de REFIS, refere-se a saldo da controlada Ecopesa, adquirida integralmente em 03/08/2017. Adicionalmente, em 2019, as controladas indiretas CTRA, CTRBM, CTRNI, ETR, Ecopesa e Foxx URE-BA homologaram processos de parcelamento de impostos federais (IRPJ, CSLL, PIS e COFINS) junto à Receita Federal do Brasil, no montante total de R\$7.518. A dívida será quitada em 60 parcelas, corrigida por multa e juros. No 4º trimestre de 2020, houve homologação de parcelamento de impostos federais no montante de R\$14.222, com vencimento em até 60 parcelas da controlada direta Orizon Meio Ambiente e controladas indiretas CTRNI, CTRBM, CTRA, ETR e URE-UP. Cronograma de pagamentos: Em 31/12/2020, os saldos dos parcelamentos classificados no passivo não circulante estão distribuídos por ano de vencimento como segue:

	2022	2023	2024	2025 em diante	Total
	5.878	2.884	2.884	12.014	23.660

18. Provisão para contingências: a) Passivos contingentes classificados com probabilidade de perda provável: Durante o curso normal de suas atividades, a Companhia está exposta a reclamações trabalhistas, fiscais e cíveis. Para cada processo ou exposição a processo, a Administração efetua uma avaliação da probabilidade de que sua decisão final possa resultar em uma perda para a Companhia e, portanto, com base nesta avaliação, a Administração registrou uma provisão para cobrir as prováveis perdas trabalhistas, fiscais e cíveis. Pela análise da Administração e seus consultores jurídicos externos, a posição das contingências prováveis e provisionadas é a seguinte:

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Trabalhistas	23.182	16.511
Cíveis	11.092	2.047
Tributárias	488	433
Total	34.762	18.991

As movimentações das contingências estão resumidas a seguir:

	Trabalhistas	Tributários	Cível	Total
Saldo em 01/01/2019	11.736	117	2.410	14.263
Adições/Reversões	5.687	316	(363)	5.640
Pagamentos	(912)	-	-	(912)
Saldo em 31/12/2019	16.511	433	2.047	18.991
Adições/Reversões	6.852	55	9.125	16.032
Pagamentos	(181)	-	(80)	(261)
Saldo em 31/12/2020	23.182	488	11.092	34.762

As reclamações trabalhistas estão relacionadas, substancialmente, ao pagamento de horas extras, adicional de transferência, dentre outros pleitos, frequentemente ligados a disputas sobre o montante de compensação pago sobre as demissões. Além disto, estão registrados montantes provisionados sobre riscos relacionados a pagamentos ao corpo executivo. A Companhia continua defendendo seus interesses em todos os litígios descritos anteriormente, e constituiu provisão para riscos relacionados aos processos considerados como de perdas prováveis em que a companhia é imputada (natureza passiva) dos processos. b) Passivos contingentes classificados com probabilidade de perda possível: Em 31/12/2020 e 2019, os processos considerados como de probabilidade de perda possível pela Administração e por seus assessores legais externos, não provisionados nas demonstrações financeiras são conforme quadro abaixo:

Natureza dos processos	31/12/2020	31/12/2019
Cível	219.996	226.098
Trabalhista	7.726	5.721
Tributário	175.326	43.798
Total	403.048	275.617

Ação cível (Consolidado): Em 2005, o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro ajuizou a Ação Civil Pública nº 2005.004.080695-8 em face da S.A. Paulista de Construções e Comércio, CTRA e outros, alegando a prática de atos de improbidade administrativa no âmbito de processo licitatório promovido pelo Município de São Gonçalo com vistas à implementação dos serviços de implantação e operação do Sistema de Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos Urbanos (Edital de Licitação nº 13/03 e Contrato de Concessão nº 001/04). A época, o valor atribuído à causa foi de R\$145.992, tendo se mantido no mesmo montante até 31/12/2020. Tributários (Consolidado): Imposto de Renda e Contribuição Social (Consolidado): Trata-se de discussão sobre IRPJ e CSLL no valor de R\$17.089, referentes ao ano-calendário 2008, decorrente de dedução de despesas e adições não computadas das empresas incorporadas Azuriz, Aquamec, Novagerar e El Capitan. Trata-se de discussão sobre IRPJ e CSLL no valor de R\$10.222 referentes ao ano-calendário de 2012, apurados com base no lucro presumido, acrescidos de multa de ofício e juros de mora contra a Ecopesa. Em 03/2017 apresentada Impugnação ao auto de infração. Em 01/2018 proferida decisão julgada improcedente a impugnação apresentada. Em 03/2018 interposto Recurso Voluntário. Aguarda-se decisão acerca do recurso voluntário interposto. Em 2018, a controlada indireta Ecopesa recebeu Auto de Infração da Receita Federal ("RFB") de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (IRPJ e CSLL), no montante original de R\$10.957 (R\$11.547 em 31/12/2019). O Auto de Infração trata de questionamentos sobre a base de presunção do Lucro Presumido, no recolhimento de IRPJ e CSLL realizados pela controlada no ano-calendário de 2015. Atualmente, a Companhia aguarda decisão da impugnação feita pelos advogados patrocinadores da causa. Em 2020 a controlada Orizon Meio Ambiente e as controladas indiretas CTRNI, CTRA e CTRBM receberam Autos de Infrações da Receita Federal ("RFB") relativos a supostos débitos identificados de IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, IOF e contribuições previdenciárias no montante total de R\$131.798. Atualmente os processos tramitam em Primeira Instância da Delegacia da Receita Federal de Julgamento, aguardando decisão acerca de impugnação já apresentada. c) Depósitos judiciais: Os depósitos judiciais estão vinculados, principalmente, à causas trabalhistas, além de bloqueios judiciais de saldos bancários em processos cíveis e estão classificados no ativo não circulante. Em 31/12/2020 e 2019, os saldos estão apresentados no quadro abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Depósitos judiciais	11	11	8.498	6.267

Em 2019 a controlada direta Orizon Meio Ambiente e a controlada indireta Foxx URE-BA, se tornaram objeto de Ação de Execução de Título Extrajudicial, ajuizada por fornecedor da Foxx URE-BA, requerendo o pagamento decorrente de acordo comercial e contrato celebrado entre as partes. Desta forma certos recursos entraram em bloqueio judicial até a conclusão do processo. Em 31/12/2020 o montante bloqueado judicialmente corresponde a R\$4.183 (R\$1.862 em 31/12/2019).

19. Adiantamento de clientes (consolidado): Em 15/10/2014, a CTRNI e a CTRA firmaram contratos para fornecimento de biogás, em regime de exclusividade, do gás bioquímico extraído e coletado dos aterros sanitários de Nova Iguaçu (RJ) e de São Gonçalo (RJ), para a Nova Iguaçu Energia e Gás Renovável Ltda. ("NIEGAR") e São Gonçalo Energia e Gás Renovável Ltda ("SGEGAR"), respectivamente, entidades que atuam na geração de energia a partir do biogás dos aterros sanitários Os contratos de fornecimento de biogás possuem as principais características, descritas a seguir: Vigência: CTRNI - 10/08/2034. CTRAL - 20/08/2020. Preço: os contratos estabelecem preços de R\$0,12 à R\$0,14 por Nm³ (data-base: outubro- 2014), livres de impostos, que irão variar de acordo com as quantidades de gás bioquímico fornecidas, que estabelecem demandas mínimas de 1.369 Nm³/h para a CTRA e 2.933 Nm³/h para a CTRNI (unidade de vazão Normal Metro Cúbico por Hora), reajustados anualmente pelo IPCA/IBGE¹. Compensação: conforme cláusula contratual, o adiantamento será compensado por meio de abatimento dos valores a receber das notas emitidas, à razão de 40% (quarenta por cento). No 1º trimestre de 2016, a Companhia iniciou as atividades de fornecimento de biogás ao cliente Gás Verde, posteriormente NIEGAR e SGEGAR assumiram os contratos que eram da Gás Verde perante à CTRNI e CTRA. A segregação entre os saldos classificados como passivo circulante e não circulante é realizada com base na receita estimada da venda de biogás no exercício seguinte. A partir deste valor aplicamos o percentual de 40% (quarenta por cento) estabelecido em contrato. Em 2017 a Gás Verde quitou o saldo que a CTRA possuía em aberto junto ao Paraná Banco como forma de adiantamento contratual estabelecido para o início da operação de comercialização do biogás, no valor de R\$14.000. Este adiantamento foi reconhecido pela CTRA como uma obrigação junto a Gás Verde e passou a ser compensado quando do início da operação de comercialização de biogás. O adiantamento tem sido compensado com as faturas de receita de biogás emitidas contra a Gás Verde. Em 27/02/2015, a controlada direta CTRNI também recebeu adiantamento da Gás Verde (posteriormente NIEGAR) para a comercialização de Biogás, no montante total de R\$9.308, sendo R\$7.308 em caixa e R\$2.000 por meio de compensação de dívida de parte relacionada. Adicionalmente, conforme contrato firmado entre as partes, em virtude da prorrogação do prazo de concessão do aterro sanitário, em julho de 2017, a CTRNI recebeu novo adiantamento do cliente Gás Verde no montante de R\$10.000. Os montantes foram reconhecidos pela CTRNI como uma obrigação junto a Gás Verde (posteriormente NIEGAR) e desde o início da comercialização de biogás tem sido compensados com as faturas de receita de biogás emitidas contra a Gás Verde/ NIEGAR. A partir de 2018, as controladas CTRNI e CTRA começaram a faturar e receber os valores com base nas medições correntes. Conforme descrito na Nota 13, os recebíveis da venda de biogás foram oferecidos em garantia para a operação com o Credit Suisse em junho de 2020, anteriormente os recebíveis eram dados em garantia da operação com o FIDC NP, liquidado também em junho de 2020. Abaixo, movimentação dos saldos de adiantamentos de clientes:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo em 01/01/2019	26.551	(7.687)
Compensações líquidas	18.864	9.845
Saldo em 31/12/2019	9.845	(5.932)
Ingressos	22.777	-
Compensações	-	-
Saldo em 31/12/2020	32.622	3.913

20. Contas a pagar: Arbitragem: Em 31/01/2012 a Biogás instaurou procedimento de arbitragem referente ao Instrumento Particular de Opção de Compra e Venda de Ativo" contra a controlada Orizon Meio Ambiente, tendo a mesma reconhecido dívida diante de Sentença Arbitral. Em 20/08/2020, a Orizon Meio Ambiente e a Biogás assinaram Instrumento Particular de Assunção de dívidas. Por este instrumento, as controladas indiretas CTRNI e CTRA assumiram a dívida integral da Orizon Meio Ambiente (R\$26.480 na data-base do acordo) já acrescida dos encargos. Deste valor, a CTRA assumiu o montante de R\$9.930 e a CTRNI o montante de R\$16.550. Por sua vez, a Biogás transferiu o direito destes valores a receber para a Gás Verde, a qual possuía contratos firmados com a CTRA e CTRNI para aquisição de biogás gerado na operação dos aterros sanitários. Com base nos termos supracitados, foi acordado que valores agora devidos pela CTRA e CTRNI para a Gás Verde (NIEGAR/ SGEGAR) no âmbito da arbitragem, seriam abatidos a razão de 30% de cada devida pela mesma. Em 22/06/2020, a controlada Orizon Meio Ambiente juntamente com a NIEGAR e SGEGAR assinaram termo de ratificação de entendimentos e confirmação de valores para compensação de saldos a receber do contrato de comercialização de biogás com os saldos provisionados de arbitragem. Em 31/12/2020, os valores são apresentados conforme abaixo:

	CTR NI	CTRA	Total
Saldo em 01/01/2019	18.896	12.042	30.938
Compensações com valores faturas de biogás	(6.052)	(1.909)	(7.961)
Correções monetárias	966	722	1.688
Saldo em 31/12/2019	13.810	10.855	24.665
Compensações com valores faturas de biogás	(9.648)	(4.600)	(14.248)
Correções monetárias	1.783	2.095	3.878
Saldo em 31/12/2020	5.945	8.350	14.295

Cessão de dívidas: Em março de 2020, a Orizon e a Synthesis assinaram Instrumento Particular de Dívida e Repactuação de Termos e Condições. Neste acordo firmado foi definido que parte do novo saldo acordado seria cedido para credores da Synthesis, como forma de quitação da mesma perante estes credores. Desta forma, a Orizon passou a ser devedora de duas pessoas físicas que possuíam relação com a Synthesis, no montante total de R\$9.491. A cessão foi dividida em duas dívidas, conforme abaixo: • 1ª cessão de dívida: Valor de principal: R\$8.991; Remuneração: 8,6% a.a e vencimento em março de 2027, com pagamentos em bases mensais. • 2ª cessão de dívida: Valor de principal: R\$500; Remuneração: 80% do CDI e vencimento em junho de 2023, com pagamentos em bases mensais. Os valores estão apresentados no quadro abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
Constituição pela cessão da dívida - 27/03/2020	9.491	(81)
Descontos obtidos	-	(1.252)
Pagamentos líquidos	-	490
Atualizações monetárias	-	8.648
Saldo em 31/12/2020	-	1.545
Circulante	-	7.103
Não circulante	-	2.250

21. Patrimônio líquido: a) Capital social: Em 31/12/2020, o capital social da Companhia é de R\$544.323 (R\$543.448 em 31/12/2019), representado por 5.122.089 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, subscritas e totalmente integralizadas, com a seguinte composição acionária: A tabela abaixo apresenta a composição do capital social em 31/12/2020:

Acionista	Quantidade de ações (mil)	Percentual de participação (%)
Inovatec Participações S.A.	37.633.010	73,47%
Spectra Portinari Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia	12.074.350	23,58%
SH 1000 Participações S.A.	478.820	0,93%
SGRP Empreendimentos e Participações S.A.	403.590	0,79%
Pro-Ambiente Gerenciamento e Projetos Ltda.	140.430	0,27%
Outros minoritários	490.690	0,96%
Total	51.220.890	100,00%

A tabela abaixo apresenta a composição do capital social em 31/12/2019:

Acionista	Quantidade de ações (mil)	Percentual de participação (%)
Inovatec Participações S.A.	3.503.419	68,4%
Infrabrazil Fundo de Investimento em Participações	808.569	15,79%
Fundo de Investimento em Participações Caixa Ambiental	398.866	7,79%
SH 1000 Participações S.A.	356.833	6,97%
SGRP Empreendimentos e Participações S.A.	40.359	0,79%
Pro-Ambiente Gerenciamento e Projetos Ltda.	14.043	0,27%
Total	5.122.089	100,00%

Em 26/07/2019, o Fundo de Investimento em Participações Multisetorial Plus Investimentos no Exterior ("Fundo Multisetorial Plus") e a Inovatec Participações S.A. ("Inovatec") assinaram instrumento no qual transferiu suas ações e debêntures conversíveis para a Inovatec deixando de ser acionista da controladora. Em 06/01/2020, as empresas SH1000 Participações S.A. ("SH1000") e Inovatec Participações S.A. ("Inovatec"), sendo ambas acionistas da Orizon - controladora da Orizon Meio Ambiente, assinaram instrumento particular de transferência de ações e outras avenças. A SH1000 transferiu 259.882 ações para a Inovatec, reduzindo sua participação para 0,93481% antes da conversão das debêntures e 0,8975% após eventual exercício de conversão das debêntures pela Inovatec Participações S.A.. Esta transação não gerou impacto no resultado da Companhia. Em 28/10/2020, os acionistas Infrabrazil Fundo de Investimentos em Participações e Fundo de Investimentos em Participações Caixa Ambiental, transferiram respectivamente 808.569 e 398.866 ações para a Spectra Portinari Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia através de acordo firmado entre as partes, que inclui, dentre outros, a adesão do novo acionista ao Acordo de Acionistas da Companhia. Com a transação, a Spectra passou a deter o total de 1.207.435 ações que correspondem a 23,58% de participação no capital social da Orizon, não havendo qualquer alteração na participação dos demais acionistas da Companhia. No final de 2020, o acionista Pro-Ambiente Gerenciamento e Projetos Ltda., integralizou no montante de R\$875 via prestação de serviços com emissão de nota fiscal, o capital social que estava pendente de integralização pela mesma. Conforme detalhado na nota 30, no início de 2021 a Companhia realizou desdobramento de suas ações, além de emissão e conversão de novas ações. b. Instrumentos patrimoniais - debêntures conversíveis: No período de 2008 a 2012 a Orizon Valorização de Resíduos S.A. - " Companhia " efetuou três emissões de Debêntures privadas, conversíveis em ações, em favor do Fundo de Investimentos em Participações Multisetorial Plus, gerido pelo Banco Bradesco BBI - " Debenturista ". Abaixo os valores nominais e quantidade de ações correspondentes de cada emissão:

	Valor	Ações
1ª Emissão de Debêntures	84.917.474	156.638
2ª Emissão de Debêntures	50.000.000	112.362
3ª Emissão de Debêntures	15.919.083	159.159
Total	150.836.557	428.159

Nos anos de 2010 e 2013 o Debenturista efetuou a conversão integral das debêntures da 1ª Emissão e parcial das debêntures da 2ª Emissão. Abaixo o saldo de valores nominais e quantidade de ações para dezembro de 2020 e 2019:

Acionista	Valor	Ações
2ª Emissão de Debêntures	14.958.096	53.872
3ª Emissão de Debêntures	15.919.083	159.159
Total	30.877.179	213.031

Em 26/07/2019 o Fundo de Investimentos em Participações Multisetorial Plus transferiu para Inovatec Participações S.A as debêntures ainda não convertidas através de documento assinado entre as partes. Tal transação ocorreu no momento da aquisição das ações do Fundo de Investimentos em Participações Multisetorial Plus pela Inovatec Participações S.A. c) Reserva especial de ágio na incorporação: Em 07/02/2013, a Companhia adquiriu, por meio de troca de ações com a Inovatec S.A., participação integral na Foxx Holding. A mensuração do investimento foi feita levando-se em consideração o valor do patrimônio líquido da Foxx Holding em 31/12/2012, que representava o montante de R\$2.815. Contudo, quando do efetivo reconhecimento do investimento na Companhia, o patrimônio líquido da Foxx Holding passou a ser de R\$5.838, gerando um aumento de R\$3.023 em relação ao patrimônio líquido inicial. Este valor foi reconhecido nas demonstrações financeiras da Companhia como ágio na emissão de novas ações. d) Bônus de Subscrição: Em 19/06/2020, a Orizon Meio Ambiente emitiu 10.000 bônus de subscrição, nos termos do artigo 77 da Lei 6.404/1976, conforme alterada (Leis das Sociedades por Ações), que foram entregues em pagamento em benefício dos debenturistas das Emissões correspondente à R\$156.664, cujas condições de emissão de ações, a quantidade, o preço, o prazo e forma de integralização, bem como as demais condições e procedimentos estão previstos nos termos do Certificado de Bônus de Subscrição. Este montante ficara registrado no patrimônio líquido pelas condições estabelecidas junto ao FIDC NP para futura conversão em capital social da Companhia. Dentre as condições estabelecidas estão: (1) o subscritor teria o direito de subscrever e integralizar 52.657 ações ordinárias; e (2) o exercício somente poderia ser exercido em caso de evento de liquidez. e) Ajuste de avaliação patrimonial: Representa o valor reflexo na Companhia do custo atribuído de R\$10.359 ao terreno localizado na cidade de Barra Mansa - RJ, líquido dos efeitos tributários, refletido nas demonstrações financeiras na data de transição em 01/01/2009. Em 2010, na adoção inicial das novas normas, o terreno que estava mensurado ao custo de aquisição de R\$1.304, foi reavaliado para R\$16.999, gerando um efeito bruto de R\$15.695 (R\$10.359 líquidos de imposto de renda e contribuição social diferidos, pela aplicação da alíquota fiscal de 34%). f) Política de distribuição de dividendos: O estatuto social da Companhia prevê o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios da ordem de 5%, calculado sobre o lucro líquido do exercício, após a destinação de 5% para a reserva legal, conforme previsão legal. g) Prejuízo básico e diluído por ação: Nos exercícios findos em 31/12/2020 e 2019, o resultado por ação da Companhia é conforme abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Prejuízo do exercício	20.065	(19.487)	23.610	(16.581)
Quantidade de ações ordinárias (1)	54.164	5.1220	51.164	5.1220
Lucro líquido básico por ação	0,37	(0,38)	0,44	(0,32)
Quantidade de ações ordinárias e debêntures conversíveis em ações (1)	54.164	5.335	53.350	5.335
Prejuízo diluído por ação	0,28	(0,37)	0,33	(0,31)

(*) Para efeitos de cálculo em 31/12/2020, está sendo considerado o evento ocorrido em 25/01/2021, relacionado ao desdobramento de ações na proporção de 52.220 na Controladora e R\$53.350, conforme detalhado na nota 30.

22. Receita operacional líquida (consolidado):	31/12/2020	31/12/2019
Receita operacional bruta	447.537	395.865
Deduções da receita bruta	-	-
Programa de Integração Social - PIS	(6.352)	(4.958)
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(27.419)	(22.846)
Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS	(17.978)	(15.468)
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	(2.392)	(2.528)
Outros impostos	(1.428)	(1.912)
Total dos impostos incidentes	(55.569)	(47.712)
Receita operacional líquida	391.968	348.153

23. Custos e despesas gerais e administrativas:	31/12/2020	31/12/2019
Custo dos serviços prestados	-	-
Despesas		

25. Informações por Segmento: Os segmentos operacionais reportáveis do Grupo estão apresentados no quadro abaixo:

	Consolidado				Total
	31/12/2020				
Tratamento e destinação final	Energia, biogás e crédito de carbono	Beneficiamento de resíduos/WTE	Engenharia Ambiental		
Receita operacional líquida	247.771	70.424	50.954	22.819	391.968
Custo dos serviços prestados	(123.997)	(3.989)	(50.798)	(17.767)	(196.551)
Lucro bruto antes da depreciação	123.774	66.435	156	5.052	195.417
Custos de depreciação					(48.619)
Lucro bruto					146.798
Receitas (despesas) operacionais Gerais e administrativas					(49.920)
Outras receitas, líquidas					5.822
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro equivalência patrimonial					102.700
Resultado financeiro					26.474
Receitas financeiras					(82.331)
Despesas financeiras					(55.857)
Resultado financeiro, líquido					578
Resultado de equivalência patrimonial					578
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social					47.421
Imposto de renda e contribuição social					(23.297)
Corrente					(514)
Diferido					23.610
Prejuízo do exercício					47.421

	Consolidado				Total
	31/12/2019				
Tratamento e destinação final	Energia, biogás e crédito de carbono	Beneficiamento de resíduos/WTE	Engenharia Ambiental		
Receita operacional líquida	241.340	30.522	46.955	29.336	348.153
Custo dos serviços prestados	(116.953)	(4.317)	(46.065)	(23.028)	(190.363)
Lucro bruto antes da depreciação	124.387	26.205	890	6.308	157.790
Custos de depreciação					(51.324)
Lucro bruto					106.466
Receitas (despesas) operacionais Gerais e administrativas					(51.269)
Outras receitas (despesas), líquidas					(6.863)
Lucro do resultado financeiro equivalência patrimonial					48.334
Resultado financeiro					62.892
Receitas financeiras					(52.002)
Despesas financeiras					10.890
Resultado financeiro, líquido					(1.134)
Resultado de equivalência patrimonial					(68.382)
Provisão para redução ao valor recuperável					(10.292)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social					(9.985)
Imposto de renda e contribuição social					3.696
Corrente					(16.581)
Diferido					
Prejuízo do exercício					(16.581)

26. Compromissos (consolidado): Certificados de redução de emissão: A Companhia possui créditos de carbono negociados em contratos de curto e médio prazo. Conforme detalhado na nota 6, em 2020 as controladas indiretas CTR NI, Ecopesa e CTRA e firmaram novas negociações de créditos de carbono, além da Foxx URE-JP que já possuía contrato ativo. **Comercialização de biogás:** A Companhia através de suas controladas, possui contratos para fornecimento de biogás gerado nas operações de tratamento e destinação de resíduos nos ecoparques, em regime de exclusividade, devendo disponibilizar todo o gás gerado na operação para estes contratos.

27. Instrumentos financeiros: a) **Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos:** Como política de gestão de ativos financeiros, a Companhia busca permanentemente melhorar sua rentabilidade adequada ao risco. Para isso, são estabelecidos critérios e indicadores que mostrem a adequação dos riscos de liquidez, de mercado e de crédito. No curso normal de suas operações, a Companhia está exposta a riscos de mercado, tais como: taxas de juros, liquidez, crédito, dentre outros. Os principais instrumentos financeiros da Companhia estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	1	1	6.044	6.044
Títulos e valores mobiliários				
Contas a receber de clientes	5	5	10.511	10.511
Contas a receber de partes relacionadas	5.982	5.982	8.485	8.485
Depósitos judiciais e cauções	-	-	8.498	8.498
Passivos financeiros				
Fornecedores	812	812	43.166	43.166
Empréstimos e financiamentos	553.610	466.101	337.377	337.377
Contas a pagar a partes relacionadas	107.763	98.043	-	-
Outorgas a pagar	-	-	7.412	7.412
Adiantamento de clientes	-	-	22.777	22.777

	Controladora		Consolidado	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	1	1	2.317	2.317
Títulos e valores mobiliários				
Caixa restrito	-	-	11.526	11.526
Contas a receber de clientes	-	-	1.609	1.609
Contas a receber de partes relacionadas	5.982	5.982	9.220	9.220
Depósitos judiciais e cauções	11	11	6.267	6.267
Passivos financeiros				
Fornecedores	90	90	46.505	46.505
Empréstimos e financiamentos	425.492	425.492	459.542	459.542
Contas a pagar a partes relacionadas	95.363	95.363	61.637	61.637
Outorgas a pagar	-	-	6.441	6.441
Adiantamento de clientes	-	-	18.864	18.864

A Companhia não possui contratos a termo, opções, *swaptions*, *swaps* com opção de arrependimento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos e "derivativos exóticos". A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos. A Administração também acredita que os valores contábeis dos demais instrumentos financeiros não são significativamente diferentes dos seus respectivos valores justos, considerando-se que as taxas de juros desses instrumentos não são significativamente diferente das taxas de mercado. b) **Hierarquia do valor justo:** O Pronunciamento Técnico CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados com pouca ou nenhuma atividade de mercado (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a entidade considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (*nonperformance risk*), incluindo o próprio crédito da Companhia, ao mensurar o valor justo de um passivo. O CPC 48/IFRS 9 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de input significativo para sua mensuração. A seguir está demonstrada uma descrição dos três níveis dessa hierarquia: **Nível 1** - Os inputs são determinados com base nos preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos idênticos na data da mensuração. Adicionalmente, a Companhia deve ter a possibilidade de negociar nesse mercado ativo e o preço praticado não pode ser ajustado pela Companhia. Em 31/12/2020 e 2019, a Companhia não possuía instrumento financeiro classificado como Nível 1. **Nível 2** - Os inputs são outros que não sejam preços praticados conforme determinado pelo Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os inputs do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou inputs que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo. Os instrumentos financeiros mantidos pela Companhia em 31/12/2020 e 2019 são todos classificados como Nível 2. **Nível 3** - Os inputs inobserváveis são aqueles provenientes de pouca ou nenhuma atividade de mercado. Esses inputs representam as melhores estimativas da administração da entidade de como os participantes de mercado poderiam atribuir valor/preço a esses ativos ou passivos. Geralmente, os ativos e passivos de Nível 3 são mensurados utilizando modelos de precificação, fluxo de caixa descontados ou metodologias similares que demandam um nível significativo de julgamento ou estimativa. Em 31/12/2020 e 2019, a Companhia não possuía instrumento financeiro classificado como Nível 3. De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 48/IFRS 9 - *Instrumentos Financeiros: Evidenciação*, a Companhia mensura suas aplicações financeiras e aplicações financeiras restritas pelo seu valor justo. A tabela a seguir demonstra resumidamente os ativos financeiros registrados a valor justo em 31/12/2020 e 2019:

	Controladora		Consolidado	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	1	1	1	1
Títulos e valores mobiliários	5	2	5	2
Contas a receber de partes relacionadas	5.982	5.982	5.982	5.982
Depósitos judiciais	11	11	11	11
Passivos financeiros				
Fornecedores	812	90	812	90
Empréstimos e financiamentos	553.610	425.492	553.610	425.492
Contas a pagar partes relacionadas	107.763	95.363	107.763	95.363
Preços cotados para ativos e passivos idênticos (Nível 2)				
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	1	1	1	1
Títulos e valores mobiliários	5	2	5	2
Caixa restrito	-	-	-	-
Contas a receber de clientes	121.873	96.313	121.873	96.313
Contas a receber de partes relacionadas	8.485	9.535	8.485	9.535
Depósitos judiciais	8.498	6.267	8.498	6.267
Passivos financeiros				
Fornecedores	43.166	46.505	43.166	46.505
Empréstimos e financiamentos e arrendamentos	337.377	447.379	337.377	333.210
Contas a pagar partes relacionadas	-	61.637	-	61.637
Outorgas a pagar	7.412	6.441	7.412	6.441
Adiantamento de clientes	22.777	18.864	22.777	19.548

Mensuração dos instrumentos financeiros pelo valor justo: A Companhia efetuou a avaliação dos ativos e passivos financeiros em relação aos respectivos valores de mercado ou valores de recuperação, utilizando-se das informações

Leonardo Roberto Pereira dos Santos - Diretor - CPF 218.498.438-80

disponíveis e melhores práticas em metodologias de avaliação de mercado para cada situação. A interpretação dos dados de mercado e as metodologias escolhidas requer alto grau de julgamento para o estabelecimento de estimativas razoáveis para se calcular o valor justo. Consequentemente, a estimativa apresentada pode não indicar, necessariamente, os montantes que seriam obtidos no mercado atual. O uso de diferentes Orizon Meio Ambiente/teses para o cálculo do valor justo pode resultar em efeitos significativos nos valores obtidos. Para contratos cujas condições atuais são similares àquelas nas quais foram originalmente pactuados ou não possuem parâmetro para cotação ou contratação, os valores justos são similares aos valores contábeis. Na avaliação com a finalidade de determinar o valor justo desses ativos e passivos mensurados ao custo amortizado, foi considerada a mensuração de impacto dos efeitos de adoção do CPC 48/IFRS 9. c) **Gestão dos riscos financeiros:** A Companhia está exposta aos riscos de liquidez, crédito e mercado. A Administração acredita que o principal de risco de mercado ao qual a Companhia está exposta é o risco de taxa de juros, conforme descrito a seguir: **Risco de liquidez:** O risco de liquidez representa a possibilidade de descaçamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar na incapacidade de cumprimento de obrigações nos prazos estabelecidos. A Companhia gerencia o risco de liquidez por meio da combinação da manutenção de reservas adequadas, linhas de crédito e outros produtos financeiros, monitorando continuamente o orçamento e o atual fluxo de caixa casando os prazos de vencimentos de ativos e passivos financeiros. zA Administração da Companhia vem atuando para reverter os prejuízos acumulados e capital circulante líquido negativo. Entre as metas estabelecidas pela Administração para alcançar melhores resultados, e resultados já conquistados, destacamos. Estudo de oportunidades para redução de custos e despesas que foram implementados e continuada na avaliação de processos para melhoria operacional e administrativa. • Avanço nas negociações junto à Prefeitura Municipal de São Gonçalo envolvendo saldos a receber da controlada indireta CTRA, no que tange à liquidação de saldos do passado, compensações de impostos municipais e outorgas em aberto, além de pleito pelo aumento no prazo de concessão. • Implementação de novos negócios, para os quais a Companhia estima obter rentabilidade nos próximos exercícios. Dentre eles, destacam-se (i) a comercialização de biogás oriundo do gás gerado pela decomposição dos resíduos sólidos destinados nos aterros sanitários de Nova Iguaçu, São Gonçalo, para os quais as controladas indiretas têm contratos firmados para fornecimento de gás a terceiros até 2029; (ii) contrato de fornecimento de biogás firmado entre a CTRBM e a Biogera; e (iii) contrato de parceria para compartilhamento e utilização de biogás para geração de energia elétrica, firmado entre a Ecopesa e a ASJA Brasil Serviços para o Meio Ambiente Ltda. • Implementação de novas atividades de valorização de resíduos que fortalecerão a geração de caixa operacional da Companhia, com destaque para as atividades de reciclagem, briquetagem e geração de energia. • Início da operação de comercialização de energia pela unidade de recuperação energética localizada em Barueri, São Paulo, por meio do contrato firmado com a Companhia Energética de Minas Gerais de longa duração (15 anos). Acordo de reperfilamento do passivo da Companhia com fluxo de pagamento compatível com a geração de caixa da Companhia e de suas controladas. A tabela a seguir detalha a composição e o cronograma recebimento e pagamentos dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

	Controladora				Total
	Sem vencimento	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 1 ano a 5 anos	
Caixa e equivalentes de caixa	1	-	-	-	1
Títulos e valores mobiliários	5	-	-	-	5
Partes relacionadas	-	-	-	-	5.982
Total	6	-	-	-	5.988

	Consolidado				
	Sem vencimento	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos
Caixa e equivalentes de caixa	6.044	-	-	-	-
Aplicações financeiras	18.646	-	-	-	-
Contas a receber de clientes	-	57.274	53.861	1.008	9.730
Partes relacionadas	-	-	-	-	8.485
Total	24.690	57.274	53.861	1.008	18.215

	Controladora				
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 1 a 3 meses	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	341	471	-	-	-
Empréstimos, financiamentos	-	-	-	553.610	-
Partes relacionadas	-	-	-	107.763	-
Total	341	471	-	661.373	-

	Consolidado				
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	36.717	6.449	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	4.456	2.913	36.552	220.747	60.990
Arrendamentos	458	916	4.120	6.226	-
Outorgas a pagar	7.412	-	-	-	-
Adiantamento de clientes	1.469	2.938	13.221	5.149	-
Total	50.512	13.216	53.893	232.122	60.990

Risco de crédito: O risco de crédito se refere ao risco da possibilidade de descumprimento (*default*) de uma contraparte das suas obrigações contratuais resultando em perdas financeiras para a Companhia. Os instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia à concentração do risco de crédito são primariamente o caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, aplicações financeiras restritas, contas a receber de clientes e de partes relacionadas. A prática da Companhia é depositar o caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras restritas em títulos de renda fixa de instituições financeiras com altos níveis de classificação (*ratings*) de crédito. A Companhia limita o montante de exposição a qualquer instituição financeira de modo a minimizar sua exposição ao risco de crédito. Em relação aos demais créditos, a Administração da Companhia mantém-se atenta ao monitoramento do risco de crédito, adotando as medidas e precauções cabíveis, além de constituir provisão para créditos de liquidação duvidosa, sempre que houver necessidade. Em 31/12/2020 e 31/12/2019 havia saldo de provisão para perdas no contas a receber consolidado no montante de R\$32.291 e R\$35.673, respectivamente para cobrir o risco de crédito (Nota 6). **Risco de preços:** Os preços praticados pela Companhia refletem, substancialmente, as condições de mercado. Os preços praticados nos projetos especiais são determinados com base em negociações comerciais, caso a caso. **Risco de taxa de juros:** Risco de a Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos captados junto ao mercado. Não há política de contratação de operações com derivativos com finalidade especulativa. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros derivativos e não derivativos na data do balanço. Os cenários I e II foram estimados com uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, acima da expectativa provável. **Análise de sensibilidade da variação na taxa do CDI:** A expectativa de mercado (*) indicava uma taxa estimada do CDI em 2,75%, cenário provável para o exercício findo em 31/12/2020, ante a taxa efetiva de 3,58% (www.cetip.com.br), verificada em 31 de dezembro de 2020. A Administração efetuou teste de sensibilidade para os ativos e passivos indexados ao CDI, considerando a deterioração da taxa do CDI em 25% e 50% inferiores e superiores, respectivamente, ao cenário provável, conforme demonstrado a seguir:

Operação	Ativos (Consolidado)		
	Saldo 31/12/2020	Cenário provável	Cenário II
Taxa efetiva do CDI - exercício findo em 31/12/2020	2,75%		
Aplicações financeiras (Notas 4)	10.511	10.598	10.692
Taxa anual estimada - exercício a findar-se em 31/12/2020		3,58%	4,48%
Efeito no resultado/patrimônio líquido - exercício findo em 31/12/2021		87	181

Operação	Passivos (Consolidado)		
	Saldo 31/12/2020	Cenário provável	Cenário II
Taxa efetiva do CDI - exercício findo em 31/12/2020	2,75%		
Empréstimos, financiamentos (Nota 13)	325.658	328.361	331.275
Taxa anual estimada - exercício a findar-se em 31/12/2021		3,58%	4,48%
Efeito no resultado/patrimônio líquido - exercício findo em 31/12/2021		2.703	5.617

(*) Fonte: BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (www.bmfbovespa.com.br). **Risco de gerenciamento de capital:** A Companhia administra seu capital objetivando assegurar a continuidade de suas atividades, ao mesmo tempo em que busca maximizar o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio de otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital. d) **Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos:** A Companhia procedeu à avaliação dos valores justos de seus principais instrumentos financeiros em 31/12/2020 utilizando técnicas usuais de precificação de mercado que envolvem julgamento por parte da Administração. Essa avaliação indica que os valores justos se aproximam dos valores contábeis reconhecidos. Para estimar o valor justo de seus instrumentos financeiros, a Administração utilizou as seguintes premissas: **Caixa e equivalentes a caixa:** Os saldos de caixa e equivalentes a caixa, em face de sua liquidez imediata e do risco insignificante de mudança de valor, têm valores justos similares aos saldos contábeis. **Aplicações financeiras e aplicações financeiras restritas:** Os saldos de aplicações financeiras e aplicações financeiras restritas, em face de sua liquidez imediata e do risco insignificante de mudança de valor, têm valores justos similares aos saldos contábeis. **Empréstimos e financiamentos:** A Administração da Companhia entende que o valor contabilizado se aproxima de seu valor justo. **Contas a receber, fornecedores (terceiros) e créditos diversos:** Por representarem transações comerciais efetuadas em bases de mercado, a Administração da Companhia entende que não há diferenças materiais entre o valor justo e os saldos contábeis. **Partes relacionadas:** Os saldos ativos e passivos com partes relacionadas não são remunerados. Não foi possível qualificar os valores justos já que não existem prazos contratuais de vencimento.

28. Cobertura de seguros (consolidado): A Companhia adota uma política de contratação de cobertura de seguros para os bens sujeitos à riscos por montantes, considerados pela Administração, como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31/12/2020, as principais coberturas de seguros vigentes da Companhia e de suas controladas, referem-se à coberturas dos aterros sanitários e unidades de tratamento de resíduos, além de administrativo. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de revisão dos nossos auditores independentes.

29. Transações não envolvendo caixa (Consolidado):

Bônus de subscrição	156.664
Assunção de dívida	61.542
Integralização de capital social com prestação de serviços	875

30. Eventos subsequentes: Alterações societárias: Em 25/01/2021 ocorreram os seguintes eventos na Companhia: • Conversão das debêntures conversíveis da 2ª e 3ª emissão, mediante a emissão de 213 novas ações ordinárias. O aumento de capital social ocorreu contra a rubrica de bônus de subscrição. • Emissão de 81.245 novas ações, em virtude da entrada do acionista Fundo de Liquidação Financeira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Não Padronizado, representado por sua gestora. • Aprovação por unanimidade do desdobramento de ações, passando cada ação a ser representada por 10 ações. Desta forma, o capital social passou a ser dividido em 54.163 ações. Estas transações geraram impacto de R\$2,00 no Capital Social da Companhia, que passou a ser de R\$544.323 representado por 54.164 ações. **Abertura de capital - Oferta Pública de Ações:** Em 11/02/2020, a Companhia formalizou o aumento de capital social no montante de R\$381.339 mediante a emissão de 17.336 novas ações ordinárias, no valor unitário de R\$22,00, passando a quantidade de ações de 54.164 para 71.500 e montante de R\$544.323 para R\$844.323. Estas novas ações serão objeto da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias. Em função do aporte recebido no processo, a Companhia passou a apresentar saldo positivo de capital circulante líquido. A Oferta Pública de A

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia. **Recuperabilidade de ágio gerado em combinações de negócios:** Em 31/12/2020, a Companhia possui contabilizado por meio de sua controlada Orizon Meio Ambiente S.A., ágio por expectativa de rentabilidade futura de R\$78.701mil, o qual nos termos das práticas contábeis adotadas no Brasil, deve ser testado anualmente para determinar se houve perda do valor recuperável, independentemente de indícios de deteriorização, conforme nota 12. Esse teste anual foi avaliado como um dos principais assuntos de auditoria, considerando a magnitude dos valores envolvidos e o fato do processo de avaliação da recuperabilidade destes ativos ser complexo e envolver um alto grau de subjetividade, bem como ser baseado em diversas premissas, tais como a determinação das unidades geradoras de caixa, taxas de descontos, projeção de inflação, percentuais de crescimento e rentabilidade dos negócios da Companhia e de suas controladas para os próximos anos, entre outros. Estas premissas serão afetadas pelas condições de mercado ou cenários econômicos futuros do Brasil, os quais não podem ser estimados com precisão. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento e avaliação da metodologia utilizada pela administração para projetar os fluxos de caixa descontados; (ii) a utilização de especialistas em modelos de valorização para nos ajudar a avaliar e testar o modelo utilizado para mensurar o valor recuperável e as premissas, projeções e metodologia utilizadas pela Companhia, em particular aquelas relacionadas às estimativas de vendas futuras, taxas de crescimento e de desconto utilizadas nos fluxos de caixa descontados e margem de lucro das unidades geradoras de caixa nas quais os ágios foram alocados; (iii) a validação das informações utilizadas nos cálculos; (iv) a realização de uma revisão retrospectiva de projeções anteriores para identificar eventual inconsistência no desenvolvimento de estimativas no futuro; (v) a realização de cálculo independente sensibilizando as principais premissas utilizadas; e (vi) a revisão da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre as premissas utilizadas nos cálculos de recuperabilidade, principalmente aquelas que tiveram efeito mais significativo na determinação do valor recuperável dos ágios. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de valor recuperável dos ágios, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável dos ágios adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota 12, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos:** Em 31/12/2020, a Companhia possui contabilizado, por meio de sua controlada Orizon Meio Ambiente S.A., imposto de renda e contribuição social diferidos no montante de R\$ 145.518 mil, constituído substancialmente sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia deve anualmente avaliar a projeção de lucros tributáveis futuros para fins de avaliação da recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos, conforme nota 7.d. Esse teste anual foi avaliado como um dos principais assuntos de auditoria, considerando a magnitude dos valores envolvidos e o fato do processo de avaliação da recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos ser complexo e envolver um alto grau de subjetividade nas projeções de lucros tributáveis futuros, bem como ser baseado em diversas premissas, regularmente subjetivas, que serão afetadas pelas condições de mercado ou cenários econômicos futuros do Brasil, os quais não podem ser estimados com precisão. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento dos processos internos da Companhia para mensuração e análise da recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferido; (ii) a utilização de especialistas tributários para nos ajudar a avaliar e testar o saldo constituído pela Companhia, bem como o modelo utilizado para mensurar o valor recuperável do imposto de renda e contribuição social diferidos e as premissas, projeções e metodologia utilizadas; (iii) a validação das informações utilizadas nos cálculos; (iv) a realização de uma revisão retrospectiva de projeções anteriores para identificar eventual inconsistência no desenvolvimento de estimativas no futuro; (v) a realização de cálculo independente sensibilizando as principais premissas utilizadas; e (vi) a revisão da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre as premissas utilizadas nos cálculos de recuperabilidade, principalmente aquelas que tiveram efeito mais significativo na determinação do valor recuperável do imposto de renda e contribuição social diferidos. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos constituído pela Companhia, bem como seu correspondente valor recuperável, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios relacionados à sua constituição e as premissas de valor recuperável adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota 7.d, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Reconhecimento de receita:** Conforme mencionado na Nota 2.7, a Companhia reconhece suas receitas pelo regime de competência, quando ocorre a efetiva prestação dos serviços, na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando elas possam ser mensuradas de forma confiável por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia e suas controladas esperam ter direito em troca dos serviços. O processo de reconhecimento de receita da Companhia foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria devido, entre outros, aos seguintes fatores: (i) ao volume expressivo de transações; (ii) à existência de diferentes naturezas de serviços prestados; e (iii) à relevância dos valores envolvidos. Tais características obrigam a Companhia e suas controladas a possuírem controles e os manterem dentro de uma rotina que seja eficaz para identificar e mensurar a receita dentro da competência adequada. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento dos processos internos da Companhia para mensuração e reconhecimento de receita; (ii) a realização de testes substantivos de itens-chave e amostras representativas, incluindo, quando aplicável, a inspeção dos contratos, das notas fiscais emitidas, dos comprovantes dos serviços prestados relacionados às transações selecionadas e dos recebimentos subsequentes; (iii) a realização de testes de corte de vendas e seu respectivo reconhecimento contábil mediante efetiva prestação dos serviços durante o período anterior e posterior ao fechamento contábil; (iv) análise mensal da receita utilizando dados agregados e desagregados para identificar relações ou movimentações dissonantes às nossas expectativas baseadas em nosso conhecimento da Companhia e do setor; e (v) a revisão da adequação das divulgações incluídas nas notas 2.7 e 22 às demonstrações contábeis. Como resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a receita, identificamos

ajustes de auditoria que não foram registrados pela administração tendo em vista a sua imaterialidade sobre as demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Baseado no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as receitas, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que as políticas de reconhecimento de receita da Companhia derivadas da prestação de serviços e suas respectivas divulgações nas demonstrações contábeis são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31/12/2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade • de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 30/03/2021.